



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 106

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
08 DE DEZEMBRO DE 2003
(segunda-feira)**

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelo senhor deputado Nereu Moura e pela senhora deputada Cida Borghetti.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Mil-tinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os nºs CTL/CC/273, 287, 288, 289, 290, 291, 292 e 311/2003, do senhor governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

262/2003: De autoria do deputado Durval Amaral que, autoriza empresas privadas promoverem o

patrocínio do transporte escolar, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.218. **Anote-se - Arquivo-se.**

532/2003: Do Poder Executivo que cria, na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - Seju, os cargos de provimento em comissão que especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.221. **Anote-se - Arquivo-se.**

531/2003: Do Poder Executivo que cria, cargos de agente penitenciário no Quadro Próprio do Poder Executivo. o qual foi convertido em Lei nº 14.230. **Anote-se - Arquivo-se.**

665/2003: Do Poder Executivo que define critérios de escolha, mediante consulta à comunidade escolar, para designação de diretores e diretores auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, o qual foi convertido em Lei nº 14.231. **Anote-se - Arquivo-se.**

433/2003: De autoria do deputado Waldir Leite que, concede o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Sra. Chieko Aoki, o qual foi convertido em Lei nº 14.232. **Anote-se - Arquivo-se.**

498/2003: De autoria do deputado Hermas Brandão, que cria parque público de lazer localizado no município de Almirante Tamandaré e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.233. **Anote-se - Arquivo-se.**

582/2003: Do Poder Executivo que, cria o Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, na forma que especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.234. **Anote-se - Arquivo-se.**

655/2003: Da CPI - Banestado que, dispõe que o Poder Executivo, de exclusividade a qualquer instituição bancária privada, as contas dos depósitos que especifica e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 14.235. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº 239/2003, da Sra. Eleonora Bonato Fruet - secretária de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, encaminhando Demonstrativo das Alterações de Despesa. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs 546 e 547/2003, do Sr. Hermes R. M. de Paula - presidente do FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1862/2003, do desembargador Leonardo Lustosa - relator do Tribunal de Justiça, encaminhando cópia do acórdão nº 6.099-OE, concernente ao Mandado de Segurança nº 112.592-6, de Curitiba, impetrado por Brasil Telecom S/A, contra o presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em litisconsórcio passivo como Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:**REQUERIMENTO Nº 2850**

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2860

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada por 01 Sessão da Proposição nº 053/2003, item 01, da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2874

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada por 05 Sessões do Projeto de Lei nº 500/2003, de minha autoria, item 04 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2878

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, que seja retirado da pauta o item 13 da Ordem do Dia de hoje por 5 Sessões.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 2846

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, com base no artigo 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a transformação da Sessão Ordinária de 09/12/2003 em Comissão Geral para votação do Projeto de Lei nº 586/2003, que altera o Inciso XIII, do artigo 155, da Lei Complementar nº 85, que estabeleceu a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 2847

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, a prorrogação por mais 70 (setenta) dias, da sua licença para tratamento de saúde, a contar do dia 04 do corrente mês.

Para tanto, anexa ao presente o respectivo atestado médico.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

**SERVIÇO DE CIRURGIA CARDIOVASCULAR
DR. ARLETO ZACARIAS SILVA JR.**

Curitiba, 04.12.2003.

ATESTADO

Atesto que o Sr. Luiz Roberto Accorsi Motta, é portador de insuficiência Coronariana CID: 120-0. Foi submetido à Cirurgia Cardíaca para Revascularização do Miocárdio em 19/12/1994 com implante de duas pontes. o mesmo deverá ficar afastado de atividades físicas por mais setenta dias, a partir desta data, até que seja submetido à nova avaliação.

(a) DR. ARLETO ZACARIAS SILVA JR.

CRM 5363

COORDENADORIA MÉDICA**LAUDO MÉDICO Nº 033/2003**

Aos quatro dias do mês de dezembro de 2003, a Junta Médica infra-assinada, tendo procedido à inspeção de saúde em Luiz Roberto Accorsi Motta, concluiu achar-se o mesmo com C.I.D. 120.0 (diagnóstico de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas de morte).

Tendo-lhe sido concedido (70) setenta dias de licença para tratamento a partir de 04/12/2003; Término em 12/02/2004.

(a) ROGÉRIO AUGUSTO CAMARGO SCHEIBE

Médico Chefe da Junta

REQUERIMENTO Nº 2856

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei nº 548/2003, de minha autoria, que dispõe sobre a isenção de tarifas dos serviços públicos de energia elétrica e água para as Santas Casas de Misericórdias.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2849

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente

Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2836

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita designação da Assembléia Legislativa do Paraná para participarmos em Brasília, no dia 09 de dezembro, no I Encontro Nacional sobre Ética e Decoro Parlamentar.

Haja vista que exerço a presidência neste Conselho de Ética Parlamentar, deste Poder.

Na mesma oportunidade, solicitamos a possibilidade de a Assembléia arcar com as despesas (passagens áreas) e estadia em Brasília.

Sendo o que se apresenta para o momento renovamos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) PEDRO IVO ILKIV

REQUERIMENTO Nº 2840

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, da passagem do Dia da Bíblia a ser comemorado dia 10 de dezembro.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2854

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento prematuro da auditora fiscal da Receita Estadual, Andréa Cristina Pinguello, ocorrido em 05/12/2003.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência aos demais auditores da Receita Estadual, lotados na 13ª Delegacia da Receita, com sede em Cascavel, à Rua Padre Champagnat, 130, bem como aos familiares, através da irmã Maria Lúcia Pinguello, neste mesmo endereço.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A auditora fiscal Andréa Cristina Pinguello, vítima de lamentável acidente de trânsito, exerceu com extrema competência suas funções como servidora pública, além de ser reconhecida como excelente pessoa, colega e mãe.

Foi presidente da Associação dos Funcionários da 13ª Delegacia Regional da Receita em Cascavel, marcando sua gestão por inúmeras realizações na estrutura física e de atividades daquela associação, sempre em prol

da coletividade dos associados, daí a consignação do presente voto de pesar.

REQUERIMENTO Nº 2858

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Francisca Campinha Garcia.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2872

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de votos de pesar à família do Sr. Antônio Milton de Oliveira Lucena, prefeito de Cidade Gaúcha, vítima de trágico acidente automobilístico e que muito dignificou o município, assim como as atividades do Executivo Municipal e do Estado do Paraná.

Envie-se também votos de pesar ao município de Cidade Gaúcha, através da Câmara Municipal e do vice-prefeito.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 2873

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Milton de Oliveira Lucena, prefeito municipal de Cidade Gaúcha, ocorrido no dia 05.12.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Jussara Ceccon de Oliveira Lucena, enviando correspondência à Rua 25 de Julho, 1814, CEP 87.200-000 - Cidade Gaúcha/PR.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Antonio Milton de Oliveira Lucena, natural de São Francisco de Paula/RS, caracterizou-se como um dos pioneiros de Cidade Gaúcha.

Durante vários anos dedicou-se ao Poder Judiciário, atuando como oficial de Justiça daquele município.

Em 1989, ocupou o primeiro cargo político, tendo sido eleito prefeito municipal. Destacou-se nessa gestão por seu incansável trabalho, para a implantação de indústrias, gerando milhares de empregos.

Em 1997, concorreu novamente à prefeitura municipal, sendo eleito vice-prefeito na administração de Gilberto Aita.

No ano de 2001, foi eleito pela segunda vez. Dedicava-se às causas nobres, entre outras, pela implementação de novos cursos, bem como para elevar a qualidade do ensino oferecido no Campus Regional da Universidade Estadual de Maringá.

Conquistou grande admiração e respeito pela população gauchense pela seriedade, competência e dedicação com que administrava o município.

Sua vida foi interrompida drasticamente aos 52 anos, pelo trágico acontecimento ocorrido no último dia 05 do corrente mês, sendo vítima de acidente automobilístico, na região de Jandaia do Sul.

O acidente causou grande consternação à população, deixando em todos dor e saudade irreparáveis.

Através deste requerimento, associamo-nos à tristeza dos familiares e amigos, manifestando nossa solidariedade pela perda do grande amigo e companheiro partidário. Rogamos a Deus, que proporcione a todos o conforto necessário.

REQUERIMENTO Nº 2841

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações, ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, pela passagem do Dia do Engenheiro, a ser comemorado dia 11 de dezembro.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Luiz Antonio Rossafa, presidente do CREA-PR, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Doutor Zamenhof, 35 - CEP 80.030-320 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2842

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações, ao Conselho Regional de Fonoaudiologia, pela passagem do Dia do Dia do Fonoaudiológico, a ser comemorado dia 09 de dezembro.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Francisco Pletsch, presidente do Conselho, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Ébano Pereira, 44 - CEP 80.410-240 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 2843

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, votos de louvou ao Sr. Heron Arzua,

pela excelente trabalho desenvolvimento frente à Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná.

Favor enviar correspondência para o endereço abaixo: Rua Vicente Machado, 445, 16º andar - CEP 80420-010 Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2844

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, votos de louvou ao Dr. Idevan Batista Lopes em virtude de sua assunção ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Favor enviar correspondência para o seguinte endereço: Praça Nossa Senhora da Salete, Palácio da Justiça - CEP 80530-912 Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2855

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem respeitosamente a este douto Poder Legislativo REQUERER, e depois de ouvido o Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Padre Leopoldo Jarek, missionário do Verbo Divino, pelos seus 60 anos de vida sacerdotal e 85 anos de idade.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

Nascido em 08 de dezembro de 1918, na Colônia Murici, em São José dos Pinhais, filho dos imigrantes poloneses Felipe e Maria Bortolan Jarek.

Incentivado pelo padre Estanislau Cebula, foi estudar, no ano de 1930 no Seminário do verbo Divino, em Minas Gerais, mas como sua família era de pouco poder aquisitivo, antes o pequeno Leopoldo teve que vender seu cavalo, para concretizar seu sonho de estudar em outro Estado.

Em 1936, após conclusão do ginásio, Jarek e outros companheiros de classe foram enviados para o Seminário de Espírito Santo, na cidade de Santo Amaro, em São Paulo. Ali, o jovem Jarek deu continuidade aos estudos. Nos dois primeiros anos fez seu noviciado; em seguida ingressou no curso de Filosofia e Teologia. Aprovado por seus superiores e aceito pelas autoridades eclesiásticas, no dia 08 de dezembro de 1943, dia em que completou 25 anos de idade, recebeu sua ordenação sacerdotal, iniciando sua atividade religiosa.

Em 1945 e 1946 foi professor naquele seminário, nos anos de 1947/48 trabalhou na Paróquia Santa Leopoldina, no Espírito Santo.

Em 1948 foi enviado como missionário para as Ilhas Filipinas, onde permaneceu até 1956, quando por

motivo de saúde, retornou ao Brasil. Nesse mesmo ano foi sacerdote na cidade de Pitanga, no Paraná.

De 1959 até 1962, foi vigário em Mamborê, também no Paraná; de 62 a 66, foi reitor do Seminário de Carazinho, no Rio Grande do Sul; de 66 a 69, foi reitor do Seminário de Ponta Grossa, no Estado do Paraná; de 78 a 85, vigário em Timbó, em Santa Catarina; de 87 a 88, vigário em Rio Azul; de 92 e 93, coadjutor da Paróquia de Cascavel e, desde de 1993, está em São José dos Pinhais.

REQUERIMENTO Nº 2875

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER, votos de congratulações ao Sr. Antônio José de Oliveira Coelho, 2º Sargento de Comunicação do 5º Batalhão Logístico de Curitiba pelo ato de heroísmo em defesa de terceiros.

Solicito ainda a especial gentileza em notificar o Sr. Antônio José de Oliveira Coelho acerca do voto em apreço, junto ao 5º Batalhão Logístico de Curitiba.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 2839

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de louvor à Diretoria do Lions Clube de Maringá Helen Keller, que é o segundo clube feminino do Estado do Paraná, e será empossada no dia 11 de dezembro do 2003.

O primeiro clube exclusivamente feminino no Estado do Paraná é o Lions Clube de Apucarana Vitória Régia e agora surge o segundo em Maringá.

A Diretoria do Lions Clube de Maringá Helen Keller ficou assim composta: presidente - professora Norma Deffune Leandro; secretária - Lúcia Maria Gadelha de Carvalho; tesoureira - Maria Odete Gonzáles.

A solenidade de posse será realizada no dia 11 de dezembro de 2003, às 20 horas, no Maringá Bandeirantes Hotel, com a presença de vários Lions Clubes da região e autoridades leonísticas.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2857

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado em Ata, voto de louvor à Sra. Fani Lerner, pela premiação recebida na conquista do primeiro lugar no Prêmio Kellogg's para o desenvolvimento da criança, em novembro, nos Estados Unidos.

Dona Fani Lerner, como é chamada, sempre empenhada nas causas sociais, mais uma vez vê seu trabalho reconhecido nacional e internacionalmente.

Mulher batalhadora, incansável, criativa, nunca mediu esforços na busca de soluções para as crianças, jovens e velhinhos do Paraná, buscando uma assistência integral para suprir as necessidades dos menos favorecidos.

Descrever Dona Fani e seu trabalho faz-se desnecessário pois é notório e conhecido. Em cada cantinho deste Estado Dona Fani deixou sua marca, sua passagem, sua contribuição para as causas paranistas.

Junto aos inúmeros prêmios e voto de louvor, somamos o presente para mais uma vez, registrar nos Anais desta Casa, a passagem da Fani por nosso Estado.

O Paraná agradece seu empenho, sua grandeza e seu espírito de desprendimento com que busca e empreende nos seus feitos.

Dona Fani, o Paraná lhe agradece!

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2859

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Dr. Eduardo Judas Barros, presidente da Associação Latino-Americana de Relações Públicas.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2861

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao arcebispo da Diocese Metropolitana de Londrina, Dom Albano Cavalim.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dada ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2862

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Pedro Favoretto.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dada ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2863

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. João Milanez, diretor da Folha de Londrina.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dada ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2864

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. José Eduardo de Andrade Vieira, diretor-presidente da Folha de Londrina.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dada ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2865

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Jorge Scaff.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dada ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2866

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Dr. Valter Barroso.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por este senhor, prestados à comunidade paranaense.

Requer ainda, que seja dada ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2867

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor a Sra. Cleuza Maria Irineu.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços por esta senhora, prestados à comunidade paranaense. Requer ainda, que seja dada ciência à homenageada da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2871

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que firma o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa, que se digne a aprovar para serem consignadas nos Anais da Sessão Plenária desta data, as congratulações especiais deste Poder ao padre Aldo Dal Pozzo pela passagem de seu Jubileu de Prata de consagração sacerdotal.

A Assembléia Legislativa do Paraná, pelo parlamentar requerente (como representante do Oeste do Paraná) e demais nobres pares, sente-se muito honrado em cumprimentar o insigne sacerdote pela data em festejo manifestando-lhe, além dos sentimentos fraternos, vida longa e fecunda em seu trabalho pastoral, que é um exemplo de dedicação e fé.

Do aprovado, requer o subscritor seja dado ciência ao homenageado, via correspondência a ser encaminhada à Paróquia Santa Catarina, Rua Rui Barbosa, 820 - CEP: 85.845-000 - Vera Cruz do Oeste-PR.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2835

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem à presença de V. Exa. e aos demais pares desta egrégia Casa, para REQUERER, após ouvir o Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. Waldir Ortêncio Pugliesi, secretário de Estado dos Transportes, solicitando medidas urgentes e imprescindíveis no sentido de determinar o alargamento da caixa da pista de rolamento da PR-588 - trecho: perímetro urbano de Campo Mourão a nova Santa Casa de Misericórdia, possibilitando a demarcação de 3º pista, bem como a construção do trevo de acesso a mesma.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Com a inauguração das instalações e o funcionamento da UTI da Santa Casa de Misericórdia de Campo

Mourão às margens da PR-558 (Campo Mourão - Araruna), transformada em Hospital Regional, faz-se necessário que medidas urgentes sejam tomadas com o objetivo de oferecer segurança àqueles que para ali se dirigem em busca de atendimento médico hospitalar.

A PR-558 conta com pista de rolamento simples em toda a sua extensão, sem acostamento. Por esta razão e em especial o trecho de acesso à nova Santa Casa requer medidas urgentes e absolutamente imprescindíveis no sentido de adequar aquele pavimento, alargando a pista, proporcionando a demarcação de uma 3ª faixa, que por certo trará segurança e rapidez no acesso ao hospital, através de trevo apropriado.

REQUERIMENTO Nº 2838

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao senhor governador do Estado, Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando do mesmo que determine estudos para atender as reivindicações da Associação Comunitária Jardim Alvorada - ACJA.

A referida instituição solicita:

1) a "extinção da cobrança da conta mínima das categorias residencial e comercial, que compreende o abastecimento de água e a coleta de esgoto, substituindo-a pela cobrança de valor correspondente à aplicação da tarifa devida sobre o consumo real do usuário;

2) elevação da faixa de consumo mínimo para aplicação da tarifa social, de 10m³ (dez metros cúbicos) para 15m³ (quinze metros cúbicos);

3) redução da tarifa de coleta e tratamento de esgoto sanitário, utilizando como referência o percentual de 30% (trinta por cento) do valor correspondente ao consumo de água."

Cabe salientar que o percentual de 85% (oitenta e cinco por cento) do consumo de água, utilizado como referência para o cálculo da tarifa referente à coleta de esgotos é demasiadamente alto, sobretudo considerando-se que o percentual adotado em outros Estados é muito inferior, girando em torno de 50% (cinquenta por cento), o que faz dessa tarifa a mais alta praticada no Brasil.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2852

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, REQUER à Mesa que, após ouvido o douto Plenário, solicite ao Cláudio Murilo Xavier, secretário de Estado da Saúde do Paraná, que determine o credenciamento de alta complexidade do Serviço de Oncologia do Hospital São Vicente de Paulo do município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

O Hospital de Caridade São Vicente de Paulo é credenciado pelo SUS como Centro Isolado de Quimio-

terapia desde 1995, funcionando e ampliando sempre seus atendimentos.

Em 1998, o Hospital solicitou, junto à 5ª Regional de Saúde, o Credenciamento para Alta complexidade em oncologia - CACON I, tendo em vista já vir realizando cirurgias de pequeno e grande porte e internamentos para pacientes portadores de câncer.

Novamente, em 19 de novembro de 2001, foi protocolada nova solicitação sob o nº 4.834.569-7, que se encontra na 5ª Regional de Saúde de Guarapuava aguardando definição.

O Serviço de Oncologia encontra-se em condições plenas para o credenciamento. Neste sentido solicita o posicionamento da Secretaria de Estado da Saúde, para que o hospital possa continuar realizando e possa ampliar os serviços de cirurgia oncológica e de internamento para os pacientes referenciados de dezenas de municípios.

Na certeza de que esta é uma forma de destinar legítima e democraticamente o uso de recursos, evitando os custos de postergação do diagnóstico e do tratamento oncológicos, e os sofrimentos que daí decorrem, indicamos que o Poder Executivo Estadual estude fórmula adequada para viabilizar o pleito em tela.

REQUERIMENTO Nº 2853

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, REQUER à Mesa que, após ouvido o douto Plenário, solicite ao Sr. Luiz Fernando Delazari, secretário de Estado da Segurança Pública, que determine a construção de Módulo Policial nas Moradias Itiberê, no Bairro Uberaba, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

Segundo pesquisa da Polícia Militar do Paraná, o Bairro Uberaba é o segundo colocado em índice de ocorrências policiais na Capital do Estado.

A situação é ainda mais grave no Moradias Itiberê, nas proximidades da Associação da Caixa Econômica Federal e do Supermercado Góes.

Diante da dramática situação, o Movimento Pró-Uberaba e a Associação de Moradores do Uberaba, recorreu a este parlamentar para que veiculasse junto ao Governo do Estado o pedido da população daquele bairro.

Na certeza de que esta é uma forma de destinar legítima e democraticamente o uso de recursos públicos, inclusive potencializando-os, indicamos que o Poder Executivo Estadual estude fórmula adequada para viabilizar a construção em tela.

REQUERIMENTO Nº 2869

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, cópia do contrato celebrado entre o departamento de Estradas de Rodagem do Estado

do Paraná - DER, a Concessionária Caminhos do Paraná S/A e o Governo do Estado do Paraná, que alterou dispositivos do Contrato de Concessão de Obra Pública nº 074/97, que trouxe, entre outras consequências a diminuição do preço da tarifa do pedágio.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2848

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que em vista da ausência de específicas e necessárias informações para apreciação de matéria objeto da Mensagem nº 44/2003, que informe o governador do Estado, Sr. Roberto Requião e a secretária de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Sra. Eleonora Fruet, relativamente a cada uma das entidades arroladas - Emater, Claspar, Codapar e Mineropar - quais objetivos e fundamentos para as providências propostas:

- Transformação? Em quê?
- Fusão? Em quem?
- Extinção?
- Alteração de personalidade jurídica? Para qual?

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2876

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao governador do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações a respeito da frota de carros da Polícia Militar do Paraná:

- Quantos carros possui a Polícia Militar do Paraná?
- Quantos carros estão sem condições de uso?
- Qual o valor estimado para a recuperação desses veículos?

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do deputado estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO Nº 2877

Senhor Presidente:

O deputado Tadeu Venri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao governador do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações a respeito da Fundação Copel da Previdência e Assistência Social:

- As Fundações Copel em 2003 contratou profissionais externos aos seus quadros para administrar suas aplicações e carteira de investimento? Se afirmativa a pergunta anterior, quem são eles?

Quem os indicou? Onde trabalhavam anteriormente? Ainda permanecem na Fundação ou foram demitidos? Se foram demitidos qual a razão?

- Houve parcela relevante das disponibilidades aplicáveis que foram destinadas a Bancos regionais como por exemplo Banco Santos? Se positivo quem determinou?

- Quais os motivos que levaram o Conselho Deliberativo da Fundação Copel a contratar a Kroll Associates Brasil S/A (Rua Visconde do Rio Branco 1630). A referida empresa chegou a quais conclusões? Este relatório está disponível?

- Os senhores: Ricardo Fernandes Vetere, Paulo Anibal Cruz Santos e Azis Surigi Neto, prestaram serviços para a Fundação Copel, de que natureza, e em que período?

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do deputado estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO Nº 2868

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, moção de apoio à candidatura de Domingos Pellegrini à Academia Brasileira de Letras para concorrer a vaga de Rachel de Queiroz, a ser enviada à prefeitura de Londrina - Secretaria do Planejamento de Londrina, coordenadora dos apoios a esta candidatura.

O referido se deve pelo fato de Domingos Pellegrini ser um escritor paranaense diversas vezes premiado,

sendo a sua candidatura uma forma de reconhecimento cultural ao Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) BARBOSA NETO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 727/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhal de São Bento/PR, sociedade civil, com finalidade filantrópica, cultural, assistencial e educacional, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.882.396/0001-07, com sede no município de Pinhal de São Bento/PR e foro na comarca de Santo Antonio do Sudoeste/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhal de São Bento - APAE, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em Assembléia realizada no dia vinte e oito de novembro de dois mil e um, com sede no município de Pinhal de São Bento e foro na comarca de Santo Antônio do Sudoeste/PR.

A finalidade da Associação é filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional, proporcionando aos seus associados e à comunidade serviços indispensáveis, contribuindo para o seu desenvolvimento humano, sem distinção de qualquer espécie.

Entre as atividades desenvolvidas pela entidade em 2003, destacamos os cursos profissionalizantes, o atendimento terapêutico dos seus alunos e de suas famílias, palestras, convênios e promoção de eventos.

A declaração de Utilidade Pública fortalece a entidade para o cumprimento de suas finalidades estatutárias e contribui para uma melhor integração da mesma com a comunidade, em prol da melhoria das condições de vida da população do município.

PROJETO DE LEI Nº 728/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Procaxias - Conselho Pró-Desenvolvimento dos municípios lindeiros ao lago Salto Caxias, atualmente com sede no município de Boa Vista da Aparecida e foro na Comarca de Capitão Leônida Marques.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação Procaxias - Conselho Pró-Desenvolvimento dos municípios lindeiros ao lago de Salto Caxias, fundada em agosto de 1998, com a finalidade de promover estudos científicos, pesquisas técnicas, incentivos econômicos, coordenando a proteção legal da categoria econômica dos municípios e seus habitantes.

Devidamente registrada sob nº 3027, no Livro A de Pessoa Jurídica do Cartório de Registro de Títulos e Documentos da comarca de Salto do Lontra e preenchendo todos os requisitos legais necessários, conforme documentação inclusa, entendemos plenamente justificada a proposição para declarar de Utilidade Pública a referida Associação.

Contamos com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 729/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - No exercício de suas funções os agentes comunitários de Saúde, no Paraná, terão garantidos:

I - o direito à qualificação gradual e permanente;

II - o direito à contratação através de regime que assegure direitos e garantias trabalhistas;

III - o direito a receber o risco de vida conforme legislação trabalhista.

Art. 2º - O Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

A longa história do trabalho dos agentes comunitários de Saúde em todo o Brasil, vem ganhando nos últimos anos, destaque ainda maior. Participando das equipes de Saúde da Família ou de outras estratégias de Saúde Pública como, por exemplo, o combate ao mosquito transmissor da dengue, esses profissionais têm adquirido visibilidade crescente, pela importância do trabalho que realizam.

São eles que percorrem cada rua de cada bairro das cidades, bem como a zona rural de todos os municípios de nosso Paraná. Lançam seu olhar atento e vigilante sobre os problemas de saúde casa-a-casa, não só identi-

cando situações que inspiram cuidados mas, sobretudo, repassando informações e exercendo a solidariedade junto às pessoas e famílias.

Com frequência oriundos da própria comunidade onde atuam, mantêm com ela laços e relações de confiança que dificilmente seriam possíveis de outra forma. Assim, cumprem o papel de braços avançados do Sistema Único de Saúde, aproximando o mesmo de seus usuários, para que as providências que precisam ser tomadas, principalmente no terreno de prevenção, aconteçam no momento certo.

Pelo papel fundamental que cumprem na preservação da saúde das comunidades, principalmente as mais pobres, merecem o reconhecimento de alguns direitos há muito conquistados por outros trabalhadores, a fim de diminuir a precariedade de suas condições de trabalho e de promover a inclusão cidadã de um segmento que, junto ao Sistema Único de Saúde, tem como missão cotidiana justamente a inclusão da população que atende.

PROJETO DE LEI Nº 730/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Leif Peter Karlsten.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

Peter Karlsten, como é conhecido por aqui, nasceu na Suécia, tem 46 anos de idade, é casado com a brasileira Marlene e tem quatro filhos: Andreas e Markus e ainda, as meninas Cristina e Lisa adotadas pelo casal Karlsten em Curitiba. Peter é Engenheiro Elétrico graduado pela Universidade de Linköping e concluiu MBA na Universidade de Uppsala, ambas reconhecidas Instituições Suecas de Ensino. Além de seu idioma materno é fluente em inglês, português e espanhol.

Marlene e seus filhos formam a base para a sua trajetória de sucesso no campo pessoal e profissional. Peter não esconde o orgulho e a paixão pela sua família.

Paixão esta que está presente em tudo o que faz, como se vê no breve relato a seguir.

Em 1981, iniciou sua vitoriosa carreira profissional como engenheiro da IMTEC AB e em 1983 já estava atuando na gigante ABB Robotics na qual gerenciou com brilhantismo diferentes áreas. Todavia, inclinado a conquistar novos desafios, expandir conhecimentos e experiências, em 1989 Peter iniciou a sua carreira profissional internacional ao decidir transferir-se para o Brasil e ocupar a posição de Gerente de Produto, Logística e Compras da Seco Tools. A história ainda reservaria espaço para Peter na ABB da Coréia do Sul, onde desempenhou

a função de Gerente de Divisão no período de 1991 a 1994 e logo em seguida, de volta à América Latina, no México, onde atuou como gerente geral da ABB Sistemas. Mas o Brasil conquistaria Peter duas vezes mais, primeiro de 1996 a 1999 quando esteve Presidente na Munters Brasil Indústria e Comércio Ltda e, após presidir por dois anos a ABB Flexible na Suécia, em 2001 assume a presidência da Volvo do Brasil Veículos Ltda, com a responsabilidade por toda a América do Sul.

Neste ponto de sua vida, em meio a imensos desafios, crises econômicas, cambiais, mercadológicas e políticas que assolavam vários países da América do Sul, tem início a trajetória desse cidadão sueco no Estado do Paraná.

Dono de um carisma fabuloso e apresentando-se a todos os públicos em português fluente, pouco a pouco, Peter mostrou-se um brasileiro de coração, profundo conhecedor e admirador da cultura e da gente local, e com o seu jeito respeitoso de tratar as pessoas e lidar com as coisas, conquistava a cada dia mais e mais respeito, admiração e credibilidade. Esse jeito de Peter de ser, contagiou as pessoas ao seu redor e as levou a romper barreiras, promover mudanças e colecionar sucessivos e crescentes bons resultados, materializados em importantes realizações para a Volvo do Brasil, seus funcionários, fornecedores e para a sociedade paranaense como um todo.

No período em que esteve à frente da Volvo do Brasil, Peter conduziu a empresa a inúmeras conquistas. Dentre elas, marcam a história da Volvo:

- o programa de aumento de eficiência implementado que resultou em profunda alteração na estrutura organizacional, redução de custos e aumento dos ganhos com sinergias internas e melhorias nos principais processos, posicionando estrategicamente a empresa para as conquistas que estariam por vir;

- a firme e consistente orientação para as atividades envolvendo cidadania. Projetos com a Fundação Solidariedade, o Programa Volvo de Segurança no Trânsito, a Caravana Ecológica e outros, não só foram mantidos, como ganharam tratamento estratégico (mais informações sobre estes e outros programas são encontrados no material em anexo);

- a implementação do sistema de gestão ambiental, que merece destaque não apenas pela conquista da certificação ISO, mas especialmente pelo seu contexto ampliado que alcançou inclusive os familiares e em assim o fazendo, alcançou a sociedade paranaense;

- investimentos que superaram os trezentos milhões de reais e que propiciaram a completa renovação da linha de caminhões pesados, novos ônibus, urbanos e rodoviários, e a grande novidade, talvez a maior de todas as conquistas: o desenvolvimento, a produção e o lançamento de um caminhão Volvo para o mercado de semi pesados. Este caminhão que foi conjuntamente desenvolvido por uma equipe de engenheiros brasileiros e franceses, significa um enorme potencial de reduzir e até eliminar a

capacidade ociosa da fábrica, gerando novos postos de trabalho em toda a cadeia e beneficiando toda a sociedade. Somente esse veículo, representa para a Unidade Paranaense da Volvo a oportunidade de dobrar o tamanho do disputadíssimo mercado em que atua;

- a liderança no mercado de caminhões pesados, conquistada pela primeira vez na história em 2002, resume muito bem os resultados da gestão Peter Karlsten à frente da Volvo do Brasil, do ponto de vista do seu Cliente, mas para o funcionário Volvo a gestão Peter também marcou época. Basta verificar os registros da distribuição da maior PLR da Volvo do Brasil de todos os tempos;

- a consolidação do Paraná como a base de produção e comercialização dos produtos e serviços Volvo para a América do Sul, considerando a tendência de então, indicada pela prática adotada pela grande maioria das empresas que apostaram na descentralização produtiva e comercial, levando investimentos para outros países da região, foi uma conquista marcante do período em que Peter esteve à frente da organização.

Muitas outras realizações poderiam ser citadas, mas todas são solidariamente responsáveis pela ótima condição estratégica que hoje a empresa apresenta. Uma empresa preparada para os desafios do presente e do futuro.

E é desta forma que Peter Karlsten entrega a empresa a seu sucessor e atendendo à convocação da matriz, levado por sua paixão por novos desafios, com certeza de missão cumprida e carregando consigo a sua identidade sueca, um coração brasileiro e uma alma paranaense, segue para os Estados Unidos da América onde assume em Outubro de 2003 a destacada posição de presidente da Volvo Turck North America.

Peter e Marlene deixam no Brasil e em especial no Paraná inúmeros amigos e a firme decisão de que esta será a terra na qual ainda passarão momentos de suas vidas, em morada definitiva. A edificação de sua residência está a todo vapor e espera-se para as próximas semanas a sua conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Neivo Beraldin, que reservou também o Grande Expediente.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Circula em Curitiba um edital, concorrência pública internacional nº 01/2003. Pretende a Prefeitura Municipal de Curitiba contrair um empréstimo do BIRD na ordem de 133 milhões e 400 mil dólares, para construção de 8 km e 800 m, ligando a estação do Pinheirinho, Vila São Pedro a Santa Bernadete, estação Bernadete à Marechal Floriano. Curso total previsto: 390 milhões, 862 mil, perfazendo um total, por km, 44 milhões, 416 mil e 136 reais.

Senhoras e senhores deputados, ainda o Senado da República não se manifestou em relação a este empréstimo que pretende a Prefeitura contratar junto ao BIRD para realizar esses 8 km e 800 m.

O edital foi lançado em 20 de novembro. O edital pretende tornar público o vencedor da concorrência em 13 de janeiro de 2004.

Isto aqui é algo impressionante. Quarenta e quatro milhões o quilômetro, a população de Curitiba irá pagar isso durante muitos anos! Está acima do limite, do interesse da população que usa o transporte coletivo, porque vai resolver apenas um problema de 8 km! Um negócio em parceria com a iniciativa privada, com a participação da Prefeitura e 80 milhões do BIRD.

Chamo a atenção para os equívocos do edital, que é extremamente comprometedor no sentido de direcionar quem vai vencer essa concorrência.

Chamo a atenção para uma comparação: se usássemos, por exemplo, o dinheiro para viabilizar o transporte da população de Araucária até Curitiba, via linha de trem, que daria 38 km a um preço de 1 milhão, 696 mil o quilômetro, estaríamos resolvendo o problema de 38 km.

Não vou me alongar no pronunciamento de hoje, mas quero deixar ao conhecimento desta Casa, que solicitei uma equipe jurídica para que analisasse a legalidade do edital. E solicitei também uma equipe de engenheiros para que pudessem analisar os projetos. E gostaria de saber da Prefeitura de Curitiba, quem é que pagou esses projetos e em que época foram pagos. É preciso saber até aonde há um comprometimento de grandes empresários que estão esperando esse dinheiro internacional para fazer esses oito quilômetros e resolver o problema de algumas empresas, largando ônus de pagar a prestação para a população mais simples de Curitiba.

Era isso. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Jocelito Canto com a palavra.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O que nos traz à tribuna nesta tarde é um assunto que foi notícia recentemente no Estado do Paraná, muito enfocado por segmentos da imprensa; parece-me que era grande o interesse na divulgação desse tema.

O Tribunal de Justiça recebeu uma denúncia contra nós, quando ex-prefeito. Diz o processo, encaminhado pelo Ministério Público, que deixamos de fazer licitação sobre um determinado serviço na Prefeitura de Ponta Grossa. Procuramos os números e o embasamento legal por meio da assessoria e descobrimos que, na verdade, não fomos nós que fizemos esse pagamento; quem fez o pagamento foi o atual governo do PT, o governo do Sr. Péricles de Holleben Mello e que os serviços pagos na parte final desse contrato não foram autorizados pela nossa equipe.

O Tribunal de Justiça acabou recebendo essa denúncia que fala de oito mil e poucos reais, quando o prefeito poderia dispensar licitação até oito mil reais, mas como não foi liberado o serviço por parte da nossa equipe e aceito automaticamente, não chega aos oito mil reais; isso quer dizer que a denúncia é improcedente, apesar de o Tribunal ter recebido. Na seqüência, vamos mostrar por meio dos advogados que, o que fizemos, estava amparado de acordo com a lei.

O que lamento, senhores deputados, senhor presidente, é que certos segmentos - não estou culpando todos - acho que alguns estão interessados em prejudicar principalmente o momento que estamos vivendo, acabam dando importância a assuntos tão pequenos que passam a ser ampliados, estamos falando aqui de algo de oito mil reais que na seqüência vamos provar que, o que fizemos, estava de acordo com a lei e que não fomos autores desse pagamento e que o Governo do PT, do Sr. Péricles, poderia conferir os contratos antes de deliberar o pagamento como fez com alguns pagamentos feitos no final do nosso governo. Então, lamentamos profundamente isso.

Por outro lado, eu vejo o deputado Neivo Beraldin subir à tribuna desta Casa e denunciar o maior roubo da história deste Paraná, o maior assalto feito ao Estado do Paraná, dito pelo governador Roberto Requião, nesta Casa. Ele disse aqui que o Estado do Paraná foi qualificado como uma quadrilha e isso vejo pouca divulgação, aliás, no passado, parece que não havia interesse em divulgar isso, certos segmentos parece que até escondiam informações, privilegiando aqueles que tomaram atitudes incoerentes contra o Estado do Paraná. Eu me lembro que no ano 2000 tivemos mais uma vez em Ponta Grossa, uma emissora de rede nacional, colocando em nível nacional a nossa cidade, dizendo que Ponta Grossa era a capital da corrupção, dando a entender que realmente havia corrupção na Prefeitura de Ponta Grossa e que o prefeito era o responsável.

Lamentamos, senhor presidente, porque a capital da corrupção não foi Ponta Grossa; a capital da corrupção estava aqui no Estado do Paraná. As maracutaias, as manobras e até aqueles segmentos que precisavam explodir Ponta Grossa para poder esconder o enojo que estava aqui a nível de Estado. Aqueles que escondiam, escondiam os fatos que aconteciam aqui nos últimos anos no Estado do Paraná, que me parece, tinham interesse de tal fato.

Para finalizar, senhor presidente, pouco se falou sobre os escândalos do Paraná. E aí se falava da cidade de Ponta Grossa com a intenção de esconder os verdadeiros escândalos que haviam neste Estado. Escândalos que hoje estão sendo mostrados pelas CPI's, que demonstram a irresponsabilidade em que vivemos no passado.

Por isso, senhores deputados, ao trazer esse assunto, quero aqui fazer um desabafo. Um desabafo de alguém que sempre trabalhou, porque qualquer Prefeitura pode ter as suas dificuldades e pode ter os seus erros. Qualquer político pode ter os seus erros. Agora, muitas

vezes as coisas ocorrem e muitas vezes aqueles que são ordenadores das despesas não sabem de tudo o que ocorre e pagam pela irresponsabilidade de alguns que jogam as penas ao vento e depois não as recolhem!

Por isso, senhor presidente, quero registrar aqui, principalmente quando se fala em corrupção neste Paraná, quando se levanta que o Estado foi uma podridão nos últimos anos, que houveram roubos fantásticos no Banestado, em outros setores e poucos noticiaram isso.

Eu pergunto: por que é que se noticiou, quando deveria noticiar a verdade sobre este Estado, sobre o que de fato aconteceu e qual é a verdadeira capital da corrupção deste Estado. Se a verdadeira capital deste Estado não é exatamente o Estado do Paraná, onde hoje as CPI's mostram o dinheiro roubado, de acordo com as CPI's e de acordo com o próprio governador!

Por isso, fica aqui mais uma vez o nosso repúdio, o nosso momento de dizer que pessoas que deveriam contar a verdade neste Estado, deixaram de fazê-lo. Não se sabe qual o interesse, mas haveremos, na seqüência, de mostrar o que aconteceu aqui no Estado, porque a sociedade precisa saber quais cidades foram usadas para esconder os verdadeiros escândalos que viveu o Paraná e que muita gente teve interesse em se calar, quando deveria protestar!

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito, Plauto Miró Guimarães.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Senhor presidente, o deputado Vanhoni está solicitando que eu fale de empréstimos.

Recebi do deputado Neivo Beraldin alguns documentos e gostaria de solicitar a essa Presidência, através de um documento posterior, que farei chegar às mãos de V. Exa., saber se podemos divulgar publicamente alguns documentos que recebemos e que eu tive que assinar um termo para poder divulgá-los.

Na seqüência remeterei a esta Casa, a esta Presidência, um comunicado no sentido de poder divulgar os mesmos.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Estaremos recebendo. Deputado Plauto Miró Guimarães, com a palavra.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente e senhores deputados:

Nós tivemos uma discussão calorosa no plenário da Assembléia, no começo do mês de setembro, quando eu questionava aqui nesta Casa a implantação das UTI's em um dos hospitais do nosso município. E tivemos uma discussão calorosa, um debate caloroso, sendo que ficou marcado para que o Governo do Estado do Paraná pudesse colocar em funcionamento essas UTI's lá na cidade, no dia 15 de setembro.

Deputado Luiz Carlos Martins, 15 de setembro é aniversário da cidade de Ponta Grossa! E como todo aniversário de um município, uma grande festa acontece. Pasmem! Nessa grande festa estiveram lá os representantes do Governo do Estado do Paraná, em especial o secretário da Saúde, e foram, deputada Cida, até esse hospital e fizeram uma grande inauguração dos dez leitos de UTI's que lá foram implantados. Tivemos festa, fotografia, foguete, e a população, como um todo, ouvindo pelos meios de comunicação, acreditou que uma parte dos problemas, que é a falta de leitos de UTI's na nossa cidade de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, estaria resolvida a partir do momento em que foi inaugurado.

Até hoje, deputada Cida, senhor presidente e senhores deputados, não atenderam nenhum paciente nessas UTI's! Está praticamente completando o terceiro mês da inauguração e até agora continua, no nosso município de Ponta Grossa, a dificuldade com relação ao atendimento pela falta de leitos! A população tem passado momentos difíceis e espero que essa solução realmente aconteça, porque um joga a culpa no outro: o município não assume a sua responsabilidade e diz que a responsabilidade é do Governo do Estado do Paraná e vice-versa.

Enfim, estão lá os leitos dentro de um hospital que não funciona!

Faltam algumas deliberações e decisões e investimentos para resolver tecnicamente o problema, mas três meses depois que foi inaugurada, nada aconteceu!

Esse era um dos assuntos que eu queria falar, senhor presidente.

Um outro assunto que quero trazer, é para poder esclarecer a todos aqueles que não acompanharam os números aí colocados pela mídia e pelas autoridades competentes com relação ao pedágio. O pedágio abaixou 30%; nós sempre defendemos que através do entendimento se encontrava a diminuição do preço do pedágio no Estado do Paraná. Só que temos que tornar público aquilo que realmente aconteceu! Não estamos aqui criticando a diminuição do preço do pedágio, porque todos nós paranaenses sempre achamos que o preço estava elevado, mas precisamos contar tudo aquilo que o Governo do Estado cedeu para a concessionária Caminhos do Paraná, para que ela pudesse abaixar os 30%.

Primeiro, autorizou a cobrança, na Praça de Pedágio que fica na Lapa, com o valor de R\$3,20 para carros de passeio e, naturalmente, o caminhão é cobrado por eixo este valor. Só que, em contrapartida, também o Governo do Estado abriu mão dos investimentos que a concessionária tinha que realizar nessa rodovia, no decorrer dos dezoito anos de concessão que ainda lhe restam.

Para os senhores terem uma idéia, tinha, dentro desse contrato, a obrigação da concessionária duplicar, deputado Rossoni, o trecho que vai do Relógio até o município de Guarapuava, trecho que dá em torno de 40 quilômetros de distância; e também a concessionária tinha a obrigação de fazer a duplicação da Lapa até o município de Araucária, que seriam mais 40 quilômetros

que ela teria que aplicar, com recursos recebidos e arrecadados pela cobrança do pedágio. E isso, sem contar tudo aquilo que ela tinha que fazer ainda, que são três grandes viadutos, restauração de pontes e outros tantos investimentos de menor valor!

Então, só para deixar claro, senhor presidente, porque tudo aquilo que ouvimos lá no passado, na campanha eleitoral, que o pedágio era ilegal, que o pedágio era um roubo, que o pedágio era uma imoralidade - por aquilo que o governador cedeu, nada daquilo que ele falou na verdade! Se ele teve que desonerar os investimentos das concessionárias, se ele teve que dar uma nova Praça de Pedágio da Lapa, deputado Stica, se ele teve que ceder a cobrança da concessionária em mais uma Praça de Pedágio, fica claro que o preço era um preço que era cobrado dentro da lei. Agora, ele falava que era um roubo. Sendo um roubo, ele deveria diminuir o preço das tarifas cobradas nas praças de pedágio e não ceder uma nova praça e, ao mesmo tempo, desobrigar investimentos que, segundo a Gazeta do Povo, giram em torno de seiscentos e treze milhões de reais que a Caminhos do Paraná tinha que fazer, no decorrer dos dezoito anos de mandato. Enfim, obrigação nada, não precisa fazer mais nada de grandes investimentos, a concessionária, sim, tapar buracos, pintar e manter roçada a rodovia e, em contrapartida, para poder ceder, para poder fazer com que o discurso do governador na campanha eleitoral pudesse ser colocado em ação, a concessionária, de presente, ganhou a cobrança de mais uma praça de pedágio.

Pensem, analisem e vejam quem está certo.

Muito obrigado!

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu só queria deixar registrado, referente às UTI's, que em Campo Mourão foi assinado, o governo do Estado, o secretário da Saúde, Cláudio Xavier assinou, dizer que está funcionando tranquilamente, a contento da nossa região, da Santa Casa.

Então, na verdade, a gente estranha que Ponta Grossa não está. Mas, quero deixar registrado que em Campo Mourão a UTI que era reivindicada há muito tempo pela Comcam, hoje está funcionando.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próxima oradora inscrita, deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, nobres companheiros e companheiras.

Eu às vezes fico preocupada em deixar passar em branco temas, nesta Casa, que considero igualmente importantes na luta em defesa da cidadania e dos Direitos Humanos de todos nós.

Eu às vezes costumo, já ouvi dizer e às vezes brinco também, deputado Vanhoni, que só falta ver "boi voar", mas acho que qualquer dia verei, porque somos

surpreendidos por questões tão estapafúndias neste País todo, decisões tão irracionais e burras que só falta mesmo ver “boi voando”!

Fiquei perplexa, sinceramente, com a decisão do prefeito Elcio Berti, que decreta, faz um decreto onde fica vedada em Bocaiúva do Sul a concessão e moradia fixa de qualquer elemento ligado a essa classe de homossexuais.

Fico pensando, como militante do movimento dos direitos humanos, como cidadã, como pessoa que tem gasto grande parte dos seus dias e de minha vida na luta pela garantia dos direitos da pessoa humana, uma decisão desta natureza!

Nos que aprendemos desde criança sermos visceralmente contra a qualquer tipo de preconceito e discriminação, Padre Paulo, não podemos entender isso como uma coisa qualquer. Essa notícia envergonha o Estado, é notícia nacional e já é notícia internacional.

O Brasil, com tantas mazelas e com tantos problemas, tem que enfrentar mais esse problema, mais essa vergonha em relação à tentativa de impedimento de que as pessoas exerçam o seu direito de ser na sociedade civil brasileira.

Fico pensando que às vezes uma atitude como essa tenta desviar a atenção, deputado Dobrandino, e não estamos aqui fazendo apologia a nenhuma orientação sexual, mas fico pensando se uma decisão como essa não seria eventualmente para desviar a atenção de outras questões igualmente importantes naquela cidade.

Vergonha é desviar o dinheiro público! Vergonha é conviver com atos de corrupção! Vergonha são juízes corruptos venderem sentenças no Brasil, como estamos assistindo estarecidos às notícias nacionais. Vergonha é operação “Anaconda”, a operação “Gafanhoto” e tantas outras. Vergonha é se eleger com o voto da população e trabalhar contra ela como nós vemos, do ponto de vista do Executivo, do Legislativo, pelo Brasil todo. Vergonha é não honrar o compromisso de trabalhar na direção, de melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro e garantir os direitos de todos!

Nesta Casa, esta deputada e o deputado Marcos Isfer, fizemos um projeto tipificando e punindo as tentativas de preconceitos no Estado do Paraná. Passou na Comissão de Justiça, nas comissões de mérito, e espero, sinceramente, que passe neste plenário. Não podemos, sob hipótese nenhuma, brincar de decidir a vida das pessoas, como esse prefeito está fazendo! Os homossexuais, tanto como qualquer um de nós, tanto quanto qualquer aquele que tem a sua orientação heterossexual, são trabalhadores, são pessoas que pagam os seus impostos, são pessoas que contribuem com o desenvolvimento, que pagam os seus impostos, são pessoas que contribuem com o desenvolvimento e o progresso desta Nação. Acho uma hipocrisia esse tipo de decreto. Acho uma perversidade esse tipo de posição, que envergonha a nós todos, esse tipo de atitude, Padre Paulo.

Por isso quero deixar manifestado, aqui, o meu repúdio à atitude desse prefeito, que, ao invés de gastar a sua energia buscando o progresso e o desenvolvimento da sua cidade, faz um decreto proibindo a permanência de moradia de homossexuais na cidade de Bocaiúva!

Coloco isso aqui, porque entendo que é preciso esta Casa também prestar atenção em atitudes dessa natureza, que, no mínimo, é uma tremenda hipocrisia! Onde estão os homossexuais? Os homossexuais estão nas várias esferas da sociedade, como professores, médicos, dentistas, intelectuais, trabalhadores da construção civil, operários e políticos, pessoas que tenham uma contribuição a dar, pessoas que devem ser respeitadas e pelas quais nós devemos nos manifestar na defesa de sua dignidade e na defesa dos seus direitos humanos!

Era isso, senhor presidente, nobres companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Valdir Rossoni.

(Abre mão)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

(Abre mão)

Passa-se ao horário das lideranças:

PL; PSL; PPS; PSB; PTB; PPB.

(Todos declinam)

PFL.

Deputado Elio Lino Rusch, por cinco minutos.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Uso o horário da Liderança do PFL para, aqui na tribuna, fazer algumas considerações, que nós já fizemos na semana passada. Hoje, lembrado muito bem pelo nosso líder, deputado Plauto Miró Guimarães, quando ele usava o horário do Pequeno Expediente, no que diz em relação ao pedágio no Estado do Paraná.

Nós, na quarta-feira, deputado Valdir Rossoni, também nos manifestamos sobre essa questão e dizíamos que o governador do Estado do Paraná fez uma maquiagem, em relação à redução do pedágio no nosso Estado do Paraná. Nós dizíamos, deputado Stica, V. Exa. que preside a Sessão de hoje, que o governador sempre tinha dito que o pedágio era um roubo. Logo, se o pedágio é um roubo, ele tem que reduzir o custo do pedágio, sem retirar os investimentos.

Aliás, essa foi uma das emendas que apresentamos no início do ano, quando o governador pediu autorização para encampar o pedágio do Estado do Paraná. A nossa emenda, naquela oportunidade, que caso o governo viesse encampar o pedágio, que não fossem retirados os investimentos previstos no contrato original. Dizíamos naquela época também, que o governador só poderia encontrar uma saída, em relação à redução do custo do pedágio no Estado do Paraná, desde que ele procurasse um entendimento com as empresas que operam o pedágio

no nosso Estado. Mas o governador, pela forma de ele ser, sempre quer romper os contratos, unilateralmente, sabia que ele não conseguiria atingir os seus objetivos, porque, acima do governo, deputada Cida Borghetti, existe a lei, e a lei tem que ser cumprida!

Diante disso, acho que o governador deve ter acordado e buscou entendimento com uma das companhias, ou seja, a Caminhos do Paraná, que foi a primeira a assinar esse acordo com o governador do Estado.

O deputado Plauto relatou, com muita propriedade, que não sai mais a duplicação, não tem mais a terceira pista, não tem mais construção de viaduto, nem de pontes, nem de contornos, nem de trevos, ou de qualquer investimento previsto nas obras, não sairia.

Na semana passada, citamos aqui o exemplo da gasolina. Durante a noite, conversando com outras pessoas, citamos um outro exemplo, que fica muito mais fácil, a maquiagem que foi feita no Estado do Paraná. Eu disse e repito aqui, para que fique também registrado nos Anais da Assembléia: o que aconteceu, na verdade, é a mesma coisa, deputado Bradock, que V. Exa. ir a uma lanchonete pedir um misto- quente, que custa R\$1,50. O senhor diz: isso é muito caro, é um roubo! O garçom vira e diz: vou lhe vender o misto- quente por R\$1,20. O senhor compra o misto por R\$1,20, só que dentro do misto- quente, sabe o que vem? Apenas uma margarina e se esquento o pão. Não vem o presunto e nem o queijo! Na verdade, é uma maquiagem, quando se tirou o essencial, o necessário no misto quente. Isso aconteceu com o pedágio no Estado do Paraná.

Outro fato que queremos lembrar hoje, que aconteceu hoje de manhã - eu não participei, mas fui informado - que na reunião da segunda, de manhã, do governador com o Secretário da Comunicação Social, senhores deputados, pasmem, deputado Jocelito Canto, Airton Pisseti, fui informado que ele ocupou o microfone e se dirigiu ao secretário de Estado e para quem estava presente, dizendo o seguinte: agora nós somos governo! Podemos fazer pesquisa e podemos divulgar aonde quisermos e nos interessar, porque somos governo!

Veja, senhor presidente, a que ponto e onde nós estamos! Se isso for verdadeiro, a informação que chega à minha pessoa, é o caos. Fui informado também que o governador Roberto Requião diz que tomou o microfone dele e disse o seguinte: só se for no seu governo, porque no meu, isso não acontece!

Será que o governador fica 24 horas por dia, 30 dias durante o mês, 365 dias durante o ano, para saber o que acontece no governo dele? Se isso efetivamente aconteceu, deputado Natálio Stica, é o "fim da picada"! Não posso acreditar nisso, que um secretário de Estado se dirija, quando a imprensa está presente, dizendo que nós somos governo, podemos divulgar as pesquisas, aquilo que nos interessa e nas prefeituras.

O Sr. Tadeu Veneri

Deputado Elio Rusch, estive de manhã na reunião e acredito que V. Exa. foi mal informado com relação ao episódio. O secretário Pisseti fez uma colocação a respeito de algumas informações, que realmente poderia divulgar, no que foi repreendido pelo governador Requião. O governador Requião foi muito firme.

Acredito que o secretário Pisseti, no momento em que estava falando, não prestou atenção e usou as palavras erradas, porque sentimos nele, a sua intenção não era dizer: "porque somos governo, agora podemos manipular ou divulgar pesquisas". Estive lá e posso dizer com segurança e tranquilidade que as palavras que ele usou não foram essas. Mesmo assim, o governador Requião não tomou o microfone dele. O Requião sempre tem um microfone na mão dele próprio, que ninguém toma, que é um sem fio, e ali o Requião falou assim: "discordo, Pisseti, porque o meu governo é um governo transparente e qualquer pessoa vai ter acesso a números, a pesquisas - eu não admito que no governo do Paraná se misture essa questão". E ele disse mais: "dentro do Partido do PMDB pode até haver apoio a candidatos e pode-se fazer pesquisa, dentro do PMDB, mas o governo Requião, de forma alguma, vai compactuar com isto".

Então, pode ficar tranquilo, deputado Elio Rusch, porque o governador Requião está consciente e demonstrou mais uma vez a sua competência, a sua honestidade, a sua correção como governador do Estado do Paraná.

O SR. ELIO RUSCH

Deputado Iensen, se o governador tomou o microfone do secretário, com toda certeza o secretário deve ter se expressado, não por engano, ele deve ter se expressado, acredito, aquilo que efetivamente está acontecendo na Secretaria da Comunicação Social, porque quem faz contato com a imprensa é a comunicação social e quem passa a notícia é a comunicação social!

Agora, V. Exa. não confirmou e nem desmentiu. Então, fica aquela informação que eu tive, que efetivamente o secretário da Comunicação Social disse que nós somos governo e que vamos divulgar as pesquisas que nos interessam.

O Sr. Barbosa Neto

Permite-me um aparte, deputado?
(Assentimento)

Gostaria apenas de lamentar mais uma vez esse tipo de episódio, como na semana passada nós tivemos aqui uma denúncia lida, através da imprensa, por um parlamentar desta Casa dando conta que o governador Roberto Requião estaria chamando os deputados de cobrar comissão, de receber propina, por isso não haveria dotação orçamentária ou iria contemplar os deputados com esses recursos.

Há alguns dias atrás nós tivemos também o senhor governador chamando os seus próprios secretários de preguiçosos, e agora esta outra notícia que a gente não

sabe se é verdadeira ou não, mas a imprensa vem repercutindo, e nós ficamos aqui lamentando esta situação porque há um espaço precioso e o governo tem, sem dúvida nenhuma, muitos assuntos importantes a tratar e nós temos que ficar aqui trazendo à baila esse tipo de acusação, ou contra deputado ou contra assessor, contra secretário, o que é realmente difícil para a base aliada ter que se exercitar, tentando defender o indefensável.

Muito obrigado, senhor deputado.

O SR. ELIO RUSCH

Agradeço os apartes dos senhores deputados e que apenas fique registrado na Assembléia Legislativa esses dois pontos: a questão do pedágio e a fala do secretário da Comunicação Social, Airton Pisseti, na famosa reunião da segunda-feira do governador e seus auxiliares diretos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Com a palavra o Sr. Valdir Rossoni, no horário do PSDB.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhoras e senhores.

Volto a falar sobre a questão do pedágio. Está mais do que claro que o que o governador falou não era verdadeiro, porque isto ele fez com o Caminhos do Paraná foi proposta do governo Jaime Lerner, há um ano e meio atrás, para diminuir o preço do pedágio e as concessionárias não aceitaram.

Então, está mais do que provado que, para diminuir o preço do pedágio, tem que diminuir os investimentos proporcionalmente. Então, o governador Requião está dando o atestado de que no pedágio do Paraná não existe ilegalidade.

Agora, ouvi a deputada Elza dizendo que só não tem visto boi voar. Eu quero dizer a V. Exa. que eu quase já estou vendo boi voar; estou procurando um médico para fazer um tratamento.

Eu assisti no Bóris Casoy, na sexta-feira, a notícia de que um determinado líder nacional está fazendo uma proposta e diz que é do Governo, que no ano que vem vai haver cobrança de mensalidade nas universidades federais. Aí, deputada Elza, não acreditei no Bóris, pensei: "acho que o Bóris está exagerando". Procurei e comprei a Gazeta do Povo, não tinha nada sobre essa questão; comprei a Folha de São Paulo, tinha a notícia; comprei o Estado de São Paulo, confirmada a notícia; comprei a revista Época, confirmada a notícia.

Pasmem os senhores, aí eu começo a ver boi voar: quem fez a proposta de cobrança de mensalidade? Foi Antônio Carlos Magalhães, foi Marcos Maciel, foi Fernando Collor? Quem mais de direita eu poderia lembrar aqui? Fernando Henrique, o deputado Rossoni, Roberto Jefferson, o falecido Martinez, alguém assim? Pasmem os senhores, a proposta não é dessas pessoas, ela vem das

palavras do chefe da Casa Civil, José Dirceu, que diz que o governo brasileiro vai instituir a cobrança nas universidades públicas no ano que vem. Ora, imaginem, se nós ouvíssemos essa proposta de alguém que não fosse do Governo do PT, o que aconteceria neste País?

Ainda hoje eu discutia com um jornalista e eu disse o seguinte: na campanha de prefeito, no ano de quem, quem vier com proposta que vai construir tantas mil casas, vai perder o seu tempo, porque o povo não vai mais acreditar. Por quê? Aqui no Paraná prometeu-se construir 200.000 casas, no Paraná foram construídas, nos últimos 10 anos, 160.000 casas. Prometeram 200.000. Quantas construíram em um ano? Nada!

O presidente da República, então eleito, falou que seria um absurdo taxar os aposentados. Pasmem os senhores, vai ser cobrado! Então, na verdade, quando o Exmo. Sr. presidente da República que ainda não era presidente da República, chamou todos os deputados e o Congresso Nacional de um bando de picaretas, na verdade agora nós ficamos perguntando: quem é o picareta? Porque, tudo que se falou na campanha não vale agora!

Eu sei que é muito triste para o PT ouvir isso, mas tem que ouvir, porque a verdade tem que ser dita!

A reforma agrária, para encerrar, senhores deputados, quando o Lula se elegeu presidente da República eu achei que seria sua primeira medida um plano de reforma agrária para este País.

Pasmem os senhores, foi lançada há 15 dias atrás, e eu assisti ontem uma entrevista do presidente da República quando ele disse que não tem condições de assentar todas as pessoas que precisam ser assentadas. Quer dizer, onde está o projeto de reforma agrária que era a grande bandeira do PT e do presidente da República?

E quanto à questão do Secretário da Comunicação: esse secretário não tem nenhuma credibilidade! Se ele tivesse um pinga de dignidade, pediria a conta do governo do Estado, porque ele andou por aí entregando uma lista, uma lista de quanto os deputados recebiam nas suas rádios. E algumas "maricas" levaram essa notícia para todo o Paraná, e esse secretário não tem a dignidade de divulgar quanto os órgãos de imprensa do Paraná recebem. Ele faz uma lista distorcida, ele esconde alguns órgão de imprensa, ele não fala a verdade. Tinha mais que ser expulso, pelo governador Requião, desta reunião, porque ele não tem dignidade, não tem respeito, não fala a verdade! E é por isso que o governo do Paraná não sai do lugar, a não ser para vender e fazer propaganda.

Diga-se de passagem o Programa do Leite, pasmem os senhores, estão indo com uma comitiva nos municípios e tem município que recebeu 80 litros de leite! Se os secretários e seus assessores ficassem em casa, certamente poderia ser dobrado o volume de leite para as crianças daqueles municípios que estão sendo visitados. Então, se a proposta da cobrança de mensalidade das universidades viesse do Antônio Carlos Magalhães, eu até aceitaria, mas vindo do José Dirceu...

O Sr. Ademar Traiano

Gostaria de contribuir com o seu pronunciamento e fazer aqui uma lembrança do episódio da CPI do Pedágio. Lembro do transcurso da CPI, todas as autoridades que lá vieram, principalmente as ligadas, do grande questionamento que se trazia, além das reclamações dos altos custos das tarifas, o tal do direito de ir e vir dos nossos caminhoneiros e daqueles que transitam pelas estradas do Paraná. Falavam muito isso, falavam mal do governo Jaime Lerner e da forma como implementou o programa de cobrança de pedágio do Estado do Paraná, mas vejo que esse discurso é um discurso cheio de fantasia, como é a orquestração do discurso com o secretário Pissetti.

Tudo isso é combinado; o secretário fala uma coisa e o governador vem em cima e bate para dar demonstração de governo forte e firme, de governo que quer tomar providência. É jogo orquestrado, combinado, como é a questão do pedágio. A questão do pedágio, quando questionavam a questão de ir e vir. Parece-me que isso não tem mais valor, porque, além de dar um grande benefício à concessionária Caminhos do Paraná, porque acabam as obras que teriam que acontecer no curso do tempo em que estava estabelecido o convênio com o governo. Acaba. Se o governo não consegue cuidar de saúde e segurança, como vai fazer estrada no interior do Paraná?

Além disso, dão um presente de grego para os nossos motoristas, porque, se antes eles questionavam o direito de ir e vir, agora definitivamente fecharam as portas, porque, por qualquer estrada que o motorista queira chegar no Porto de Paranaguá, ele vai pagar pedágio! Acho que deram um presente para os caminhoneiros do Paraná. E quem anda pelo interior do Paraná, sente isso. Sentimos no caminhoneiro a revolta com relação ao governo, que mentiu. E mais uma vez fica demonstrado ao Paraná o grande estelionato eleitoral que esse governo cometeu na campanha. Primeiro, foi com o Ferreirinha e virou governador. Agora, com a questão do pedágio. Como não tinha mais alternativa teve que demonstrar uma decisão forçada, com certeza, para tentar mostrar ao Paraná que está tomando uma providência com relação ao pedágio.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito ao orador que conclua o seu pronunciamento.

O SR. VALDIR ROSSONI

Concluo meu pronunciamento apenas acrescentando o seguinte: vejam o presente que o governador deu a Caminhos do Paraná. A rodovia que liga Lapa a Curitiba é a rodovia de maior trânsito que não é duplicada, então, quer dizer, eu começo a cobrar aqui, diminuo lá; está resolvido o problema, você não precisa mais investir.

Eu não sabia, quando o Requião falava que as concessionárias apenas roçavam e tapavam buraco que era o seu interesse, de que às rodovias só tem que fazer isso, o

subconsciente o traiu e agora ele agiu como ele quer que aconteça no Paraná, vamos só tapar os buracos e vamos só roçar para ficar bonitinho porque investimento, não precisa mais!

Era isso, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no horário das Lideranças: PDT.

PT, deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. vai à tribuna defender ainda os últimos anos do péssimo governo do seu correlegionário Fernando Henrique Cardoso, incompetente e medroso. Incompetente, porque deixou o País praticamente num estado falimentar. Medroso, porque não teve coragem de propor as reformas que precisavam que acontecesse neste país.

O Lula, quando ganhou a eleição com o apoio de outros partidos, propôs mudanças neste País, e está tendo a coragem de encaminhá-las, mesmo sabendo que nem todas as mudanças acontecem da maneira ou da forma com que ele queria que acontecesse, porque respeita como é natural, o Congresso Nacional que, em última instância, é quem define.

V. Exa. fala do ministro José Dirceu que está propondo a cobrança do ensino público de 3º grau, na verdade, não está propondo cobrança, está, sim, querendo abrir uma discussão que é mais do que necessária no nosso País e que precisa coragem para encaminhar essa discussão. Afinal de contas, a universidade pública está atendendo a maioria dos filhos de pobres ou está atendendo a maioria de filhos de famílias de classe média alta e classe rica do nosso País? Tem que botar o dedo na ferida sim.

E diz ainda, José Dirceu e Cristóvão Buarque, que tem que se fazer uma discussão ampla e democrática com a sociedade, para saber se a partir de um parâmetro, de uma faixa salarial na família brasileira, há que se cobrar alguma coisa ou achar uma maneira de dar retorno à sociedade, para que possamos garantir o maior número de vagas às famílias de baixa renda, inclusive a quota de negros, aqui bem colocada a matéria em discussão pelo deputado Ribas Carli.

V. Exa. acusa o Lula de fazer uma cobrança aos inativos, e é preciso ter coragem para colocar o dedo também nessa ferida, porque a aposentadoria dos trabalhadores brasileiros não terá continuidade, se continuar do jeito que está hoje, porque virou uma bola de neve e não há recursos, quer por roubos, quer por má administração dos governos anteriores, o fato é que o brasileiro já não tem garantia de continuar tendo o direito à sua aposentadoria depois, quando chegar a época de se aposentar.

Dois fatores têm que ser colocados:

Um, e que é fundamental, a idade média do brasileiro felizmente aumentou para 71 anos, a idade média de

vida do cidadão brasileiro, portanto, aumentou a idade em que fica o cidadão aposentado. É como se imaginássemos uma caixa d'água, entrando 10 litros de água por minuto e saindo 12, a caixa vai estar seca sempre.

Nós temos que ter um equilíbrio e este equilíbrio pressupõe, primeiro, aumento da idade sim na aposentadoria e segundo, uma cobrança a partir de um determinado patamar, que hoje é em torno de 1.200, 1240 reais, que passa-se a cobrar, se aprovado, 11%.

Estava esses dias fazendo uma visita à região Norte do Paraná e numa das cidades que visitava tinha uma reunião com cerca de 400 pessoas e me foi cobrado por que o Lula quer cobrar dos inativos? E disse, vamos fazer um exercício; quem aqui, nesta sala, aposentando-se hoje ou se já estiver aposentado ganha mais de 1200 reais por mês, erga a mão. Ninguém, ninguém ergueu a mão naquela sala.

Então, mostrei, que se pagarmos 11%, mais de 95% do cidadão brasileiro não vai precisar pagar nada e uma minoria, talvez comece a pagar um percentual que é o que vai garantir a aposentadoria de todos. Um princípio, portanto, socialista. Nós temos que ter coragem para chegar a fazer essa defesa e fiz na minha categoria, que são os petroleiros, e que metade dos petroleiros se aposentam com mais de 1200 mensais, embora metade não chegue a esse patamar. E os fiz entender que é preciso, sim, contribuir para que todos tenham direito. E também mostrei ao petroleiro que se aposenta muito cedo, que trabalha numa área de periculosidade - e lá, cada ano, conta 1.4 para aqueles que têm direito à aposentadoria especial e que vão ter, portanto, um tempo muito maior do que os normais para aposentadoria e foi entendido como uma contribuição da sociedade ou parte da sociedade para que todos tenham esse direito.

Portanto, reafirmo: Lula está no caminho certo e não é à toa que as pesquisas estão aí apontando a sua aceitação hoje, em torno de sessenta e tantos por cento.

Concedo aparte ao deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri

Serei breve.

Embora considere o chefe da Casa Civil, José Dirceu, uma pessoa altamente qualificada, parece-me que comete um equívoco quando antes de qualquer debate público no Partido, coloca a possibilidade de virmos a ter pagamento das universidades ano que vem, o que pode deflagrar um processo entre os estudantes que talvez jamais tenhamos visto pelos governos mais à direita deste país. É correta a sua defesa. O que nós precisamos é rever a forma de retorno das universidades federais à sociedade. Agora jamais usarmos o argumento de que nas universidades federais só tem rico: porque eu não sou, o senhor não é e os outros aqui não são e estudamos em universidades federais.

Acho que o que existe dentro das universidades federais é uma tremenda injustiça, onde alguns poucos podem acessar aos cursos considerados melhores e uma

grande maioria fica com os cursos considerados cursos mais comuns, aqueles cursos que, normalmente, são dados em maior quantidade pelas universidades.

Mas, sabemos que existem alunos que moram na Casa do Estudante, que pegam os pães de manhã para poderem almoçar à tarde. Então, é injusto dizer hoje, que dentro das universidades federais e estaduais quem estuda são os ricos. Os ricos estudam em qualquer universidade e os pobres não estudam, infelizmente, em universidade nenhuma.

O SR. NATÁLIO STICA

Mas, o José Dirceu põe essa condição para o debate e mostra claramente que os ricos, infelizmente, é que estão tendo mais chances e não podemos tapar o sol com a peneira. E, neste sentido, amanhã farei um pronunciamento parabenizando o reitor Carlos Moreira pela coragem e competência de aplicar o Provar aqui, na Federal, abrindo caminhos para que no Brasil se dê condições para os filhos de trabalhadores de universidades particulares terem acesso a vagas que estão sobrando na Federal e não são usadas.

Concedo aparte ao deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Quando coloquei a questão das universidades, nem coloquei o meu posicionamento, naturalmente. Tenho um costume, ainda, que herdei do meu velho pai. Analfabeto, homem interiorano, oriundo do Rio Grande do Sul que sempre dizia: "Meu filho, você tem que honrar o que fala". Por isso estou aqui fazendo esse pronunciamento. Porque nada mais, nada menos, nós estamos colocando em dúvida a palavra do presidente da República.

O presidente da República não está honrando com o que ele falou em campanha e na sua caminhada política. É isto o que eu aprendi com o meu velho pai, quero levar até o final da vida. E espero, como disse o Brizola ao presidente da República nos meios de comunicação. Que ele tenha a humildade de voltar atrás e honrar o que ele falou.

O SR. NATÁLIO STICA

O presidente Lula está honrando o que disse durante a sua campanha inteira e mais do que honrando, está sendo corajoso, não está se deixando levar pelo discurso fácil e mentiroso do demagogo Brizola...

(É retirado o som)

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Gostaria de solicitar aqui as notas taquigráficas para que não reproduzissem o que foi dito agora pelo deputado Natálio Stica achincalhando e tentando colocar na lama o nome do maior estadista vivo das Américas, único membro da Internacional Socialista chamado Leonel de Moura Brizola, governador por duas vezes do Rio

Grande do Sul e também do Rio de Janeiro - presidente de honra do nosso Partido.

Realmente são acusações desairosas. E eu, enquanto membro do PDT, não posso aceitar que isso seja dito numa Casa como essa.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Peço que retire-se das notas taquigráficas as palavras “gagá” e substitua-se pela palavra “demagogo” que fica mais educado.

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Permita-me aqui, deputado Natálio Stica, quem está rasgando tudo aquilo que durante a sua vida inteira pregou chama-se Luiz Inácio Lula da Silva, e não Leonel Brizola, que se prima pela coerência e acima de tudo pelo respeito. Dignou-se inclusive, a ser vice de Lula, quando em 1994, ele estava acima de Lula nas pesquisas, e “gagá ou demagogo”, isso realmente mancha a história de um homem com um passado íntegro e sério. Pode falar o que quiser de Leonel Brizola, tem que respeitar a sua honestidade e a sua integridade.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Gostaria de reiterar o que disse o deputado Barbosa Neto, até porque o nosso ilustre vice-presidente Natálio Stica se excedeu um pouco, estava disposto a bater no Fernando Henrique, perdeu-se e chegou até no Brizola.

Mas, muito bem lembrado pelo deputado Barbosa Neto. O próprio PT já fez uma coligação e naquela época o Brizola não era demagogo, ele era o vice-presidente e candidato a presidente do PT. Na época não foi feliz. Mas, sempre apoiou o Governo Lula, agora está cobrando atitudes.

Então, acho que Brizola sempre foi um grande lutador, um gaúcho como nós, que sempre defendeu os princípios deste Brasil.

Por isso, fica aqui a minha tristeza com o deputado Stica, que quis bater no PSDB e acabou batendo no Brizola. Agora, concordo com o deputado Barbosa Neto: quem não está cumprindo com o que prometeu em campanha não é o Brizola, não.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Concedo a palavra ao deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados.

Li nos jornais que alguns parlamentares, salvo engano, deputados do PMDB estão prestes a apresentar

um projeto de lei propondo o aumento salarial dos secretários de Estado.

Fiquei preocupado. Até porque, se tem uma virtude que aprecio no governador, é a da coragem. O governador sempre foi corajoso para assumir seus atos. E sempre foi responsável por eles. E quero crer que esta não seja uma prerrogativa da Assembléia Legislativa nem dos deputados tampouco, de apresentar projeto de lei propondo aumento salarial para secretário de Estado. Isto fere o que está disposto no artigo 66 da Constituição do Estado do Paraná, que efetivamente estabelece: “Ressalvado o disposto nesta Constituição, são iniciativa privativa do governador do Estado as leis que disponham sobre: I) criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração”.

Tenho certeza, senhores deputados, que o governador, se necessitar dar esse aumento para os secretários de Estado, fará via mensagem. Não precisará usar de outro expediente. Porque senão, como é que ficaremos nós, na Comissão de Constituição e Justiça, tendo em vista que várias vezes nos posicionamentos pela inconstitucionalidade de matérias e muitas destas vezes sobre a prerrogativa da iniciativa.

Então, faço um alerta e um apelo, porque nós, da Oposição, independentemente da questão constitucional, que me parece extremamente relevante e grave, não podemos aceitar. Não que os secretários não mereçam. Até tem alguns secretários do governo Roberto Requião que são altamente competentes e qualificados e merecem mesmo uma remuneração muito melhor. Mas, com certeza, como é que nós poderemos estar falando de aumento de remuneração dos secretários, quando ainda estamos esperando ao aumento da remuneração dos professores do Estado do Paraná, que aliás, sei, ninguém precisa me dizer que o governo do Estado já discutiu isso com a APP.

Os professores, há questão de 60 dias atrás, estavam em verdadeira euforia no Estado do Paraná, parece-me que houve um certo recuo, não por temeridade, muito mais por prevenção, para ouvir a Secretaria da Fazenda e a Procuradoria Geral do Estado e também a Secretaria da Administração, e esse quadro de cargos e salários deverá vir para a Assembléia, senão este ano, quero que seja este ano, mas senão, no próximo.

Não podemos falar em aumento dos secretários sem antes falarmos do aumento da remuneração dos policiais militares e policiais civis.

Não podemos falar da remuneração dos secretários sem antes falarmos no aumento da remuneração daqueles servidores do quadro geral do Estado do Paraná. Não que os secretários não mereçam. Até tem alguns que merecem mesmo. Mas, temos que ter muito equilíbrio, porque senão não nos restará outra alternativa, deputado Vanhoni, senão ir à justiça argüir a inconstitucionalidade. O que não nos parece de bom senso.

Por isso, faço um apelo para que o governador, que sempre foi destemido e corajoso, assuma também esta, que é sua prerrogativa de envio da mensagem.

Concedo aparte ao deputado Luiz Carlos Martins.

O Sr. Luiz Carlos Martins

Deputados Durval, até porque nós, deputados, não temos esta prerrogativa. A não ser que estejamos criando um precedente. E em cima do precedente, a Bancada da Oposição tem o mesmo direito, então, de entrar com um projeto dando aumento ao funcionalismo público estadual. Sancionando um, estará sancionando o outro, também.

O Sr. Valdir Rossoni

Em cima desta questão, deputado Durval, é que eu queria me pronunciar. Se vier esse projeto, nós podemos emendá-lo, aproveitando para colocar o aumento do funcionalismo público. Mas, na verdade, essa questão de aumento dos secretários é uma outra questão que deve ser levantada, aqui. Porque na verdade, não sabemos nem quantos secretários tem. Aumentou-se tanto o número de secretários!... Como os ministérios. Tem 35 ministérios. Então, de repente, você está andando na rua e encontra-se com um ministro, um secretário e nem sabe quem é. Ou às vezes você encontra secretário nos corredores, porque talvez não tenha sala para ficar.

Então, na verdade, não é a questão de aumentar. É questão de reduzir o número de secretários. E V. Exa. sabe, eu já achava que no governo Jaime Lerner tinha muito secretário.

Eu, como líder, em várias reuniões levantei essa questão. Haviam 24 secretários, eu pedi encarecidamente que o governo tomasse uma medida em diminuir o secretariado, mas agora são mais.

Quantas vezes eu ouvi daquela tribuna, que o governo anterior era perdulário e que tinha muitos secretários, agora tem mais.

Faço um questionamento ao líder do Governo, acredito que ele teria, neste momento, dificuldades de citar o número de secretários e os nomes dos secretários.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Nobre deputado Durval Amaral, acho que é a oportunidade que nós temos em cima dessa vontade que o governo do Estado tem, faz com que a Assembléia encampe a idéia de apresentar um projeto para que se possa dar um aumento aos secretários do Estado. Porque estão com os seus vencimentos na Casa, de 5 a 6 mil reais, líquido por mês. Não é um valor tão baixo assim.

Mas, acho que nós podemos utilizar deste momento para apresentarmos uma emenda, para se estender a todos os servidores do Estado do Paraná. Podemos aproveitar este momento, essa vontade do governador de tentar melhorar o salário dos seus secretários de Estado e estendemos a todos aqueles que há bastante tempo estão aguardando este momento.

O SR. DURVAL AMARAL

Fica o alerta.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Liderança do Governo, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, senhores deputados.

Acabei de receber uma notícia agora pelo envio de mensagens que a Rede Globo mantém com o Sistema Globo de Comunicação, através até dos celulares, de que a Caminhos do Paraná reduziu o pedágio já a partir de agora, nas quatro praças que mantém, em 30% do seu valor efetivo. Sendo que também desistiu do aumento previsto na ordem de 15% de majoração das tarifas que estavam previstas.

O Governo do Estado, depois de 10 meses de muita luta, de muito trabalho, está conseguindo realizar aquilo que a população do nosso Estado espera do Governo: a redução das tarifas cobradas no sistema de pedagiamento das estradas.

Quero dizer aos senhores deputados, que o governo brasileiro está com um projeto com relação aos novos pedagiamentos e aberturas de concessões para o Brasil inteiro.

O sistema de pedagiamento introduzido pelo governo federal, uma nova modalidade terá como base de cálculo das tarifas a manutenção das estradas em todo o território federal. Os investimentos pesados que não digam respeito à manutenção, deverão ser feitos pelo Governo do Estado; deverão ser feitos quando necessário, também em parceria com a iniciativa privada, fiscalizado pela sociedade e a cobrança e o impacto nas tarifas deverá ser decidida a nova modalidade entre o Governo do Estado e a participação da iniciativa privada. E com a participação dos usuários, através de um conselho.

É este o modelo que será implantado aqui no Estado do Paraná.

tenho visto o deputado Elio Rusch e se não me engano, o deputado lá de Bituruna, Valdir Rossoni, também ter questionado a nova modalidade que está sendo testada.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Senhor presidente, V. Exa. tem alguma coisa contra Bituruna?

O SR. ÂNGELO VANHONI

Não. É que esqueci o seu nome, por um lapso, e lembrei de Bituruna. V. Exa. me conhece e sabe que eu não faria nenhuma indelicadeza.

O SR. VALDIR ROSSONI

Se V. Exa. não soubesse, eu contaria a história de Bituruna.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Se eu pertencesse à burguesia de Curitiba certamente faria 500 mil votos. Fiz 110 mil votos na última.

V. Exa. está tomando mal as minhas palavras em citar a sua cidade. V. Exa. me conhece a um longo tempo, sabe que eu seria incapaz de fazer qualquer indelicadeza à sua cidade natal, a qual estimo e prezo muito. Sei da importância que V. Exa. tem no Estado do Paraná como deputado estadual atuante, que lutou pela sua região e pela sua cidade. Se me fiz entender mal, peço desculpas a V. Exa. Não foi esse o objetivo ao citar o nome da sua cidade. Tenho profundo apreço por União da Vitória, por todas as cidades da região. V. Exa. me conhece e sabe que não seria capaz de uma indelicadeza desta natureza. Peço desculpas se lhe trouxe algum mal entendido.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Da mesma forma peço desculpa a V. Exa. porque entendi de outra forma.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Somos velhos amigos e sabemos onde devemos ou não, brigar.

Estava admoestando intelectualmente V. Exa. no que diz respeito a preocupação em relação a obras. Que o Estado do Paraná através só da Caminhos do Paraná estaria não investindo.

Vi também a imprensa do Paraná insistir muito na coletiva que o governador deu na sexta-feira da semana passada a respeito deste ponto.

Então, não teremos mais obras no Estado do Paraná? Quanto de obra deixará de ser investido? Os deputados: Elio Rusch, Durval Amaral e Valdir Rossoni fazem a mesma pergunta. De que adianta o pedágio? Não vamos ter mais obras?

O governo Roberto Requião foi muito claro. É um novo modelo de pedagiamento, de manutenção e conservação das estradas do Paraná que está sendo colocado em prática.

As concessionárias, com as tarifas que estão sendo cobradas, com a diminuição do custo na ordem de 30% nos Caminhos do Paraná, vai manter as estradas da qual tem responsabilidade, tal qual a estrada está hoje. Se nessa estrada for necessário decidir pela sua duplicação de um trecho, pela duplicação de um viaduto, pela construção de uma ponte, enfim uma obra de infra-estrutura relevante e que traga um impacto para a estrada e para a administração do sistema de pedágio, quem vai administrar isso será o governo do Estado. A participação da iniciativa privada nessa obra, nesses eventos, será discutido pelo novo gestor, e mais do que isso, a sociedade, a Secretaria dos Transportes, o Conselho de Usuários, a participação da concessionária terá a fiscalização e a transparência daqui para frente da aplicação dos recursos. E havendo impacto na tarifa, a sociedade terá total conhecimento de como está sendo repassado esse impacto para a tarifa.

Ora, cá entre nós, há uma mudança muito grande. Quem é que sai ganhando com isso? Sai ganhando o Estado do Paraná, a população como um todo. Porque não estamos abdicando de investimentos. O Estado do Paraná, nos próximos 10 anos, pode se capacitar para fazer investimentos, do ponto de vista da duplicação, da construção de terceiras vias, e mais ainda, teremos, a partir de agora, uma transparência e um controle por parte do Estado e da sociedade. O que era impedido pelo atual acordo e contrato feito pelas concessionárias e pelo governo da gestão passada.

Sai ganhando a democracia, o Estado, o usuário e sai ganhando o Estado do Paraná no ponto de vista do desenvolvimento econômico. Porque vai poder manter as estradas, garantindo a qualidade da sua prestação de serviços.

Agora vamos aos números, porque quero que V. Exas. se refiram aos números que vou trazer aqui ao plenário.

As concessionárias têm sido, têm dito não, está no seu balanço, que o sistema fatura de cobrança de pedágio nos dois mil quilômetros pedagiados no Paraná, através da cobrança de pedágio, 450 milhões de reais.

Ora, para a manutenção, o que está no balanço das concessionárias, deputado Plauto Miró, sei que V. Exa. defende o usuário, defende a população que quer que o pedágio fique mais barato.

Veja só, deputado Plauto, as próprias concessionárias dizem que para manutenção do sistema elas empregam hoje setenta e cinco milhões de reais, conforme seu balanço durante o ano.

Ora, para manutenção das obras do qual estão as estradas, isto é, o tapa-buraco, o recapeamento, a sinalização, a capinagem do mato, algumas despesas de custeio, mas para manutenção das estradas tal qual estão é na ordem de setenta e cinco milhões!

Nós estamos arrecadando quatrocentos e cinquenta, aí o deputado Neivo vai me perguntar: “mas deputado Vanhoni, como é que pode isso se custa setenta e cinco milhões todo ano para manter as estradas recapadas, sem buraco, com sinalização, com o mato capinado? Para onde vão os outros trezentos e poucos milhões?” Eu digo: “Deputado Neivo, os outros trezentos e poucos milhões, uma parte vai para o lucro, uma parte vai para que as empresas daqui a dez anos, daqui a quinze anos, ou daqui a sete, ou daqui a oito, conforme o contrato e conforme a obra, elas comecem a realizar alguma obra que esteja prevista no contrato. Então, o que consta da tarifa do pedágio, hoje, tal qual ele será?”

Consta uma capitalização muito grande das empresas por obras que serão feitas daqui a dez anos.

O que o governo do Estado está dizendo, deputado Durval Amaral, ao realizar esse acordo com as empresas, sobretudo com a Caminhos do Paraná e vai realizar esta semana com mais uma outra empresa, não posso declinar o nome, e está a caminho de abrir a perspectiva de negociar com a maioria das empresas de pedágio, duas empre-

sas estão muito remitentes, mas no final da história vamos conseguir.

O que estamos dizendo a respeito do pedágio?

Estamos dizendo que o Estado do Paraná, o governo do Estado do Paraná com a participação da população, com a transparência, não precisa cobrar agora da população, sacrificar a economia do Estado, sacrificar os usuários impondo uma tarifa absurda de oito reais e pouco para descer daqui até o litoral do nosso Estado, só de ida com carro de passeio. Não precisamos fazer isso agora, o governo está dizendo o seguinte: "podem deixar que daqui a dez anos nós vamos realizar as obras, ou daqui a oito, ou daqui a cinco, ou daqui a três anos, ou daqui a dois anos."

O governo do Estado vai realizar as obras em parceria com a iniciativa privada e com a supervisão e controle da população. Eu me pergunto: quem é que não quer um modelo desse?

Se eu digo que vamos investir, vamos duplicar, vamos fazer pontes ou realizar obras de terceira via, vamos manter as estradas do jeito que estão, estamos reduzindo o pedágio, eu pergunto para os senhores e senhoras: quem é contra um novo modelo como esse? Um modelo que o governo Lula também vai implantar em todas as estradas que serão pedagiadas através do PPP pela nova sistemática.

Sabe quem não quer um modelo desse, deputado Stica? É quem quer talvez se apropriar desse trezentos milhões todo ano porque para manter as estradas do Estado do Paraná não custa mais do que oitenta milhões como elas estão e os senhores são os primeiros a reconhecer que as estradas estão bem, estão muito melhores, que a população não pode correr o risco de que as estradas fiquem em uma situação pior. O governo do Estado está fazendo o seguinte acordo com as empreiteiras: nada vai mexer nas estradas do que elas estão atualmente, nós vamos deixar de passar para as empresas apenas aquilo que elas talvez passassem para os usuários daqui a dez anos.

Quem é que vai supervisionar isso?

O Estado em nome do povo do Estado do Paraná.

Quem ganha com isso?

Ganha o povo do Paraná.

Acertou o governador do Estado ao ter determinação, ao ter coragem, ao ter persistência em garantir uma conquista que o povo do Paraná já queria ver realizado em 1998 e o saudoso Jaime Lerner já tinha percebido a vontade do povo do Estado do Paraná quando impôs uma alíquota de 50% junto aos contratos que foram firmados entre o DER e entre as concessionárias.

O governador Jaime Lerner, nosso estimado governador Jaime Lerner já tinha percebido, deputado Valdir Rossoni, de que este acordo entre o DER e entre as concessionárias não era um bom acordo para o povo do Paraná. Naquela época ele corretamente abaixou em 50%. E, infelizmente, o governador Jaime Lerner logo depois da eleição, não sei por quais motivos, fez com que

a tarifa subisse 50%. Não sei se naquela época foi apenas uma medida eleitoral, porque a eleição se avizinhava. Não sei se foi por isso, mas corretamente o governador Jaime Lerner já tinha percebido a vontade do povo do Paraná em ter o pedágio com uma tarifa melhor, uma tarifa que beneficiasse o usuário e beneficiasse a economia do nosso Estado.

O governador Roberto Requião, presidente, não é um homem de duas palavras. V. Exa. é moço ainda, mas já conhece a caminhada do governador Roberto Requião.

O SR. JOCELITO CANTO

Pela Ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Não tem mais horário aqui, fala o tempo que quiser? O deputado Vanhoni está falando há pelo menos duas horas!

Eu quero ser líder do Governo também! Falar cinco horas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não é isso. V. Exa. terá oportunidade de ser líder do Governo.

O SR. JOCELITO CANTO

Queria que V. Exa. cuidasse do relógio.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, estou concluindo o meu pronunciamento, peço escusas ao deputado Jocelito Canto, porque há três ou quatro dias que eu não tinha usado o horário da Liderança do Governo, porque outros companheiros tinham utilizado então corretamente o deputado Jocelito Canto fez uma questão de Ordem e peço mil desculpas a V. Exa. e peço desculpas aos senhores deputados também por me ter estendido. Mas, esse é um tema polêmico.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrado o tempo do orador que está na tribuna.

O SR. VALDIR ROSSONI

Pela Ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Estava ansioso para ouvir as explicações do Vanhoni sobre a questão da cobrança da mensalidade das universidades. Porque isso também interessa ao povo, principalmente aos estudantes. E não ouvi!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Esta presidência esclarece ao deputado Jocelito Canto que quando do uso da tribuna pelo deputado Durval Amaral, ele excedeu em 4 minutos para permitir aparte a dois senhores deputados. O deputado que se encontrava na tribuna, excedeu-se em 5 minutos. Então, não foi grande diferença. Tenho pautado aqui mais ou

menos pela equidade do tratamento aos senhores deputados.

O SR. JOCELITO CANTO

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Gostaria que na próxima sessão que V. Exa. conduzir eu tenha um tempo reservado dentro dessa tolerância, o senhor haverá de me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Se for dentro da Liderança do Governo ou da Oposição, o senhor terá.

O SR. JOCELITO CANTO

Da Liderança do PTB, senhor presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2847, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando prorrogação por mais 70 (setenta) dias, da sua licença para tratamento de saúde, a contar do dia 04 do corrente mês. **Aprovado.**

Requerimento nº 2850, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Requerimento nº 2846, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Ordinária de 09/12/2003 em Comissão Geral para votação do Projeto de Lei nº 586/2003, que altera o inciso XIII, do artigo 155, da Lei Complementar nº 85, que estabeleceu a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado. **Recebido na forma do artigo 107, do Regimento Interno.**

Será votado amanhã, conforme o Regimento Interno prevê.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 053/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock. Proposta de Emenda à Constituição Estadual, que dá nova redação ao parágrafo 3º do artigo 61 da Constituição do Estado. **PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO.**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PROPOSIÇÃO Nº 053/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Artigo Único - O parágrafo 3º do artigo 61, da Constituição do Estado do Paraná passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61 - ...

§ 3º - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná reunir-se-á em sessão preparatória, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano de legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa para mandato de dois anos.”

Sala das Sessões, em 20.11.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK, ALEXANDRE CURI, FRANCISCO BÜHRER, WALDIR LEITE, CHICO NOROESTE, BARBOSA NETO, ARLETE CARAMÊS, VANDERLEI IENSEN, ELIO RUSCH, ANTONIO ANIBELLI, ADEMIR BIER, RENATO GAÚCHO, NEIVO BERALDIN, PASTOR EDSON PRACZYK, NELSON TURECK, AILTON ARAÚJO, RENI PEREIRA, CIDA BORGHETTI, DURVAL AMARAL, CARLOS SIMÕES, JOSÉ MARIA FERREIRA, MAURO MORAES, LUIZ NISHIMORI, MILTINHO PUPIO, JOCELITO CANTO, AUGUSTINHO ZUCCHI, DUÍLIO GENARI, DOUTOR LUCIANO, DOBRANDINO DA SILVA, CLEITON KIELSE, MARCOS ISFER e FERNANDO RIBAS CARLI.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de emenda constitucional nasce com fundamento no princípio da reeleição, pois é descabido que uma administração satisfatória e condizente com os anseios daqueles que a elegeram, não possa ser reconduzida aos seus cargos executivos, possibilitando a continuidade de relevantes programas e projetos que estão em desenvolvimento, trabalhos estes que com tanto esmero e dedicação foram elaborados, sendo mister que não sejam interrompidos para o bem e o fortaleci-

mento da instituição do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares desta Assembléia de deputados, para a aprovação da presente proposta que permitirá a continuidade do que está dando certo e produzindo resultados ao povo do nosso Estado.

COMISSÃO ESPECIAL DE
REFORMA À CONSTITUIÇÃO
PROPOSIÇÃO Nº 053/2003

P A R E C E R :

A proposição em exame é de autoria do deputado Delegado Bradock, subscrita por 32 (trinta e dois) outros senhores deputados, e objetiva alterar o parágrafo 3º, do artigo 61, da Constituição do Estado do Paraná, permitindo a reeleição dos membros da Mesa Executiva desta Assembléia Legislativa, com a seguinte forma *in verbis*:

“Art. 61. ...

§ 3º - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná reunir-se-á em sessão preparatória, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano de legislatura, para posse de seus membros e eleição da Mesa, para mandato de dois anos.”

A intenção do legislador proponente é indubitavelmente, a supressão de parte do texto constitucional estadual, passando a vigor através do parágrafo 3º, do artigo 61, retro exposto, permitindo com a modificação, a recondução aos mesmos cargos da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, em eleição imediatamente subsequente.

A iniciativa comparece perfeitamente justificada, no fato de que uma administração satisfatória necessita de continuidade para que relevantes programas e projetos que atualmente estão em desenvolvimento, não sofram interrupção, a bem do fortalecimento da instituição do Poder Legislativo.

A vedação da reeleição, originou-se quando do Governo Militar, através da imposição de emenda constitucional nº 1/69, interposta à Constituição de 1967, vista até hoje como instituto modelo de retrocesso político administrativo.

A modernidade, com vistas à evolução e ao desenvolvimento, há muito aboliu este ranço do passado autoritário, e não seria esta Assembléia de deputados que impediria, posicionando-se na contramão do desenvolvimento, a implementação apregoada.

Em atenção aos dispositivos regimentais, procedido minucioso exame, nada encontramos que conflita legal, regimental ou constitucionalmente, estando a proposição em perfeitas condições de merecer a soberana deliberação do douto Plenário.

Nestas condições, esta Comissão Especial de Reforma à Constituição, manifesta seu parecer favorável, opinando pela aprovação da proposição, por tratar-se de matéria de relevante interesse da grande maioria do corpo

de representantes desta Assembléia Legislativa, a bem da continuidade dos expressivos serviços que vêm sendo realizados pelos membros da Mesa Executiva, nas últimas legislaturas, colhido o devido *referendum* do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) MARCOS ISFER - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Sobre a referida proposição, Requerimento nº 2860, de autoria do deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão. **Aprovado.** Fica, portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão da Proposição nº 053/2003.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sou contra a retirada, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Registrado o seu voto contrário ao requerimento.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 369/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que inclui na área de abrangência do Ciretran de Mangueirinha, os municípios de Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão e Honório Serpa. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.**

Aprovada a emenda da CCJ.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 220/2003, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que dispõe sobre a doação de cota de 50% das vagas dos cursos de graduação das instituições estaduais de ensino superior para alunos da Rede Pública de Ensino. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ E CECE.**

Sobre o referido projeto, Substitutivo de Plenário de nº 01, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, devidamente apoiado.

Emenda Modificativa de Plenário de nº 02, de autoria do deputado Tadeu Veneri, com apoio dos deputados Natálio Stica, Reni Pereira e Elton Carlos Welter.

Emenda de Plenário de nº 03, de autoria do deputado Ratinho Júnior, devidamente apoiada, todas nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO DE PLENÁRIO Nº 01
PROJETO DE LEI Nº 220/2003

Art. 1º - Ficam as instituições estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná, obrigadas a reservar 35%

(trinta e cinco por cento) das vagas em cursos de graduação para alunos da rede pública de ensino do Paraná.

Art. 2º- A cota de 35% é garantida aos alunos que tenham cursado todo o Ensino Médio em instituição pública no Estado do Paraná.

Art. 3º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

Apoioamento:

Valdir Rossoni, Nelson Justus, Ratinho Júnior, Cida Borghetti, Luiz Carlos Martins e Barbosa Neto.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 02

Modifica os artigos 1º e 2º do Projeto de Lei nº 220/2003, passando os mesmos a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam as instituições estaduais de Ensino Superior do Estado obrigadas a reservar 30% (trinta por cento) das vagas em cursos de graduação para alunos da rede pública”.

“Art. 2º- A cota de 30% é garantida aos alunos que tenham cursado todo o Ensino Médio em instituição pública, devidamente comprovado nos registros das Secretarias de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) TADEU VENERI

Apoioamento:

Natário Stica, Elton Carlos Welter, Reni Pereira.

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 03

Altere-se o artigo 1º para dizer:

“Art. - As instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná viabilizarão através de seus Estatutos o ingresso de estudantes oriundos de famílias de baixa renda e através de procedimentos especiais no processo de classificação.”

Sala das Sessões, em 08.12.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

Apoioamento:

Barbosa Neto, Alexandre Curi, Reni Pereira e Dr. Luciano.

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa de um lado equacionar a matéria aos dispositivos constitucionais que regem a matéria e concedem às universidades autonomia de gestão, e de outro conceder às IES possibilidades para se adequarem à realidade sócio-política do Paraná.

O Projeto retorna à CCJ.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 500/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que altera a redação do

artigo 3º da Lei nº 7962/84, para permitir que os Conselhos Escolares e as Associações de Pais e Mestres, regulamentem o uso de uniforme escolar na rede pública estadual de ensino. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.**

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2874, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 500/2003.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 567/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, que revoga o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 14.035, de 20 de março de 2003, alterada pela Lei nº 14.059, de 25 de junho de 2003, que disciplina o funcionamento de clubes, academias, escolas de iniciação desportiva e outros estabelecimentos que ministrem atividades físicas, desportivas, recreativas e de lazer. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 575/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Três Barras do Paraná, imóvel de sua propriedade. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 657/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente São Judas Tadeu, com sede e foro no município de Ponta Grossa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 664/2003, de autoria do deputado Elton Carlos Welter, que institui o Dia do Técnico Agrícola e dá outras providências. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 670/2003, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Associação de Cegos de Sarandi - Acesa, com sede e foro no município de Sarandi. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 022/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Governo do Estado doar imóvel à Prefeitura Municipal de Marmeleiro para funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 001/2003, de 18/02/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 022/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 022/2003, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, tem por designio autorizar o Governo do Estado a doar imóvel à Prefeitura Municipal de Marmeleiro para funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores.

Neste contexto, deve ficar evidenciado que o imóvel em questão, que está discriminado no artigo 1º do referido projeto, será destinado a acomodar as instalações da Câmara Municipal de Marmeleiro, Estado do Paraná.

No entanto, com vistas a retirar dos projetos apresentados dispositivos inconstitucionais relacionados à inexistência no projeto de lei inicialmente proposto de cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade, vimos oferecer um substitutivo geral na forma seguinte:

Substitutivo ao Projeto de Lei nº 022/2003, que autorizam o Governo do Estado a doar imóvel à Prefeitura Municipal de Marmeleiro, para funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores.

Sala das Comissões, em 12.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ

Art. 1º - Fica o Governo do Estado do Paraná, autorizado, a doar imóvel de sua propriedade, à Prefeitura Municipal de Marmeleiro, para funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores, com as seguintes especificações:

Parágrafo Único - Trata-se de imóvel matriculado sob nº 6.896, protocolo 15.273, denominado lote de Terreno Urbano sob nº 9 (nove), da quadra nº 8 (oito), da Planta e Loteamento da Cidade de Marmeleiro, Comarca de Francisco Beltrão, da 1ª Circunscrição do Estado do Paraná, contendo uma área superficial de 800,00m² (oitocentos metros quadrados), dentro dos seguintes limites e confrontações: ao nordeste, por linha de 40,00 (quarenta) metros confronta-se com o lote 10 (dez); ao sudeste, por linha de 20,00 (vinte) metros confronta-se com a rua Telmo Otávio Muller; ao sudeste por linha de 40,00 (quarenta) metros confronta-se com o lote nº 08

(oito); ao nordeste, por linha de 20 (vinte) metros, confronta-se com os lotes nºs 12 (doze) e 6 (seis). O referido imóvel possui um prédio de alvenaria, com 167,20m² (cento e sessenta e sete metros e vinte centímetros) de área construída, destinada à Agência de Rendas do Estado do Paraná.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo anterior será destinado exclusivamente, para acomodar as instalações e funcionamento da Câmara de Vereadores do Município de Marmeleiro.

Art. 3º - O imóvel especificado nesta lei não pode ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo imóvel e as benfeitorias que porventura venham ser edificadas, ao patrimônio do Estado, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 022/2003

P A R E C E R :

Relatório

Trata-se de um projeto de lei de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Executivo estadual a doar para o município de Marmeleiro um imóvel, com benfeitorias conforme já descrito nos presentes autos. A proposição já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, porém, acatando parecer anterior deste Relator, a tramitação da mesma foi suspensa para diligências, no sentido de obter a manifestação do Executivo estadual quanto ao interesse do mesmo sobre o referido imóvel. A diligência tinha fins meramente de subsídios na elaboração de um parecer meritório, e que, no nosso entender, pode auxiliar na eficácia da proposição, pois de nada adianta uma lei que não pode sofrer execução forçada em um eventual descumprimento, ou, como no presente caso, na falta de sua implementação.

Transcorridos quase noventa dias, esta Comissão recebeu a resposta, a qual, embora se limitar ao parecer do Coordenador do Patrimônio do Estado, que foi aprovado pela Diretoria Geral da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, portanto sem manifestação de mérito do Chefe da Casa Civil, informa que o Estado não tem projeto para o referido imóvel. Esta informação deixa este Relator seguro para dar parecer favorável quanto ao mérito da proposição, até com uma certa

indicação de que o mesmo não deverá receber veto do Executivo.

Voto e Fundamentação

Somos de parecer favorável quanto ao mérito da proposição, pois o imóvel já está sendo utilizado pela Câmara Municipal de Marmeleiro, e a transformação da figura de cessão para doação, com cláusula de reversão em caso de desvio de sua finalidade, qual seja, o funcionamento da Câmara Municipal de Marmeleiro, é mais indicada, pois só assim aquele ente público poderá efetuar a sua conservação e melhoria de forma autônoma, dispensando-se procedimentos burocráticos desnecessários, como autorizações do Estado para implementar qualquer alteração na sua estrutura.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo parecer favorável quanto ao mérito da proposição da nobre deputada Luciana Rafagnin, na forma do projeto de lei apresentado.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 042/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Estrada Pindó - AMEP, com sede e foro no município de Pérola. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18.02.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 042/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Cleiton Kielse, declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Estrada Pindó - AMEP, com sede e foro no município de Pérola.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nºs 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 576/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Rodovia Municipal Antonio Frederico Kürten, que liga o município de Arapuã até a BR-466. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 077/2003, de 24.09.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 576/2003

P A R E C E R :

Do Relatório

O Projeto de Lei nº 576/2003 em análise, foi proposto pelo deputado Nelson Justus que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Rodovia Municipal Antonio Frederico Kürten, que liga o município de Arapuã até a BR-466.

Da Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se que é sabido que a situação de conservação da rodovia a que se pretende estadualizar é bastante precária apesar do esforço da Prefeitura de Arapuã, que já realizou várias operações "tapa-buraco", mas que somente sana o problema parcialmente e temporariamente. Ademais o escoamento da produção agrícola da região deve-se em sua totalidade pela referida rodovia, o que por consequência agrava ainda mais a situação caótica, acelerando a deterioração.

Salienta-se que a priori a discussão poder-se-ia ocorrer quanto à necessidade de um projeto de lei autorizatório, posto que o Executivo prescindiria da respectiva competência, contudo, não compete a essa Comissão de Constituição e Justiça emitir pronunciamento a respeito do que seja necessário ou não, posto que tal entendimento relaciona-se com o mérito e, sendo assim, é atribuindo o Plenário onde, diga-se, pode o projeto sofrer emendas, cujo teor não se pode prever de antemão.

Tanto a Constituição Estadual como a Constituição Federal, ao repartirem as competências entre os Poderes, o fazem de forma expressa, não cabendo ao intérprete ampliar limites não previstos expressamente mediante processo de hermenêutica.

Da Conclusão

Diante do exposto, o voto submetido à apreciação dos demais integrantes desta Comissão de Constituição e Justiça é, não invadindo o mérito da proposição, pela aprovação, em razão de não se vislumbrar inconstitucionalidades.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 576/2003

P A R E C E R :

Parecer ao Projeto de Lei nº 576/2003 - de autoria do deputado Nelson Justus que autoriza o Poder Executivo a Estadualizar a Rodovia Municipal Antônio Frederico Kürten, que liga o município de Arapuã até a BR-466.

O referido projeto demonstra a preocupação do deputado Nelson Justus para com a situação e conserva-

da-feira, em 08.12.2003

adovia, sendo os munícipes prejudicados em sentidos, além de, causar transtornos no escoamento da produção agrícola da região.

Chamada esta Comissão a manifestar-se sobre o referido Projeto, seguindo o parecer da comissão de Constituição e Justiça que não vislumbra inconstitucionalidade ao projeto posicionamo-nos favoravelmente à iniciativa do nobre deputado.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Questão de ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Gostaria de encaminhar a votação do Item nº 12.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Para encaminhar a votação, com a palavra o deputado Elton Welter, por dez minutos.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente e senhores deputados.

O Projeto de Lei nº 576/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Rodovia Municipal Antonio Frederico Kürten, que liga o município de Arapuã até a BR-466.

Nós, na penúltima reunião da Comissão de Constituição e Justiça, tínhamos um projeto semelhante a esse - do deputado Duílio Genari e a Comissão de Constituição e Justiça, por maioria de votos, encaminhou voto favorável à nossa tese de que é uma proposição que cabe uma Indicação Legislativa, que é uma prática adotada por este Plenário em casos semelhantes a este. Não sei por qual motivo esse projeto não se encaminhou nesse sentido. Quanto ao mérito, nenhum deputado deste Plenário acredito que seja contrário, mas a forma de iniciativa é que deveria ser em forma de Indicação Legislativa.

Então, como estamos votando a constitucionalidade, pessoalmente encaminho o voto contrário, que é uma questão de coerência da nossa prática na Comissão de Constituição e Justiça. E, com relação ao mérito, nada temos a opor. Como a primeira votação é com relação à constitucionalidade, por uma questão de coerência votaremos contrário ao item nº 12.

E peço o voto favorável aos demais companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Em votação o projeto.

Deputados favoráveis, permaneçam como estão.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Declaração de Voto)

Senhor presidente, eu, como membro da CCJ, mesmo reconhecendo o mérito da proposta do deputado

Duílio Genari - que reconheço, tem todo - essa é do Nelson Justus, mas ocorre o seguinte: temos adotado um comportamento na CCJ, e lá eu votei contrário, em função do vício de origem. E aqui tem o meu voto com registro contrário, em função dessa postura.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Fica registrado o seu voto e do deputado Elton Welter.

A SRA. ELZA CORREIA (Declaração de Voto)

Senhor presidente, eu havia me levantado também na hora da votação, votando contrariamente, e queria fazer uma justificativa de voto exatamente na direção do que foi colocado pelo deputado José Maria. Eu sou suplente na CCJ e portanto não tenho condições de votar, mas manifestei-me na ocasião da discussão desse projeto, porque essa matéria é de iniciativa privativa do Executivo, conforme consta na Constituição Estadual, no artigo 66, inciso 2º e também provoca uma alteração no regime jurídico dos servidores estaduais.

Portanto, para manter a nossa coerência e uma linha de atuação que estamos preservando nesta Casa, gostaria também que fosse consignado o meu voto contrário em função das colocações que acabamos de fazer, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está registrado.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (Pela Ordem)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Já foi votado, deputado.

Já foi votado e estamos apenas registrando os votos contrários.

O SR. RENI PEREIRA (Justificativa de Voto)

Senhor presidente, registro o meu voto contrário, porque em igual proposição eu fui orientado pela CCJ desta Casa a transformar em indicação, tendo em vista que afrontava o dispositivo interno e a própria constitucionalidade do projeto.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, consulto à Mesa se não cabe a solicitação do Plenário de verificação de votação da referida matéria?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Deputado Neivo Berardin, foi encaminhada a votação, foi procedida a votação. E, no momento, apenas houve a justificativa de alguns votos.

O SR. NEIVO BERARDIN

Mas não foi solicitada a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não foi no momento adequado, deputado Neivo.

O SR. NEIVO BERALDIN

A pergunta que faço é se ainda há tempo para proceder.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O Plenário é sempre soberano.

O SR. NEIVO BERALDIN

V. Exa., então, por gentileza, se puder colocar em votação, aí os deputados terão uma nova oportunidade para tirar essa dúvida.

Agradeço muito a V. Exa..

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Mas, como não há mais deputados que solicitaram para que se registre o voto contrário, a Mesa vai considerar votos contrários aqueles manifestados e, portanto, encontra-se aprovado o projeto com os votos contrários, ressalvados daqueles que fizeram a justificativa.

O SR. NEIVO BERALDIN

Desejo colocar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Item nº ...

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

V. Exa. não colocou em votação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Foi colocado em votação. Foi aprovado!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Mas, então, permita-me, senhor presidente, a colocação do deputado Neivo Beraldin, porque ele pediu verificação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A verificação tinha que ser na hora de anunciar, quando foi colocado em votação. Por enquanto, há justificativa de voto contrário; não está se discutindo o resultado da votação, e, sim, está se colocando para o registro dos votos contrários.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Mas, o deputado Neivo Beraldin pediu verificação de voto!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

É que a Mesa considerou como sendo matéria vencida. Agora, como eu disse: o Plenário é soberano.

Vamos colocar, então, em verificação de votação, para sabermos quais são os votos contrários. Vai se proceder a verificação de votação.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, solicito então, que agora o Plenário, mais esclarecido no assunto, possa se manifestar soberanamente sobre esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputados favoráveis à aprovação do item 12, 1ª discussão do Projeto de Lei nº 576/2003, queiram levantar-se.

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda à contagem.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Padre Paulo Campos**)
(**Procede à contagem**)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Quatorze votos favoráveis.

Os deputados que rejeitam, queiram manifestar-se.

Dezessete votos, portanto, contra o projeto.

O SR. DURVAL AMARAL

Registrada a abstenção da oposição, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está **rejeitado** o projeto, que do ponto de vista da condução da Mesa, lamento profundamente, porque ele foi colocado em discussão e houve apenas cinco pessoas que se manifestaram contrariamente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, quero dizer que V. Exa. foi democrata. Não estava bem definido, e bem claro a votação que estava sendo encaminhada, não por deficiência da presidência, mas pelo comportamento do próprio Plenário.

A partir do momento em que o Plenário se manifestou, V. Exa. teve a sabedoria de colocar à apreciação do Plenário. Não tem nada a Mesa e a presidência que reclamarem.

Acho que foi um voto de sabedoria de V. Exa.

O SR. ADEMIR BIER (**Pela Ordem**)

Acho que a partir do momento que o deputado Durval Amaral registrou o voto contrário da Oposição, não fecham os números, porque votou contrário. Acho que tem que ser revista a forma como foi contada. A partir do momento em que registrar os votos contrários da Oposição, não fecha.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A Mesa não determinou o registro dos votos de quem não estava no Plenário e não vai determinar.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

É impressão minha ou V. Exa. falou que já tinha votado e já tinha dado outro resultado do que deu agora?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado, eu falei que o Plenário é soberano e é a regência maior desta Casa.

O SR. JOCELITO CANTO

Ouvi V. Exa. como presidente desta Casa, dizer que lamenta, porque já tinha acontecido a votação.

Gostaria de registrar, senhor presidente, que requisi to as notas taquigráficas do pronunciamento do presidente, porque entendo que o presidente disse, publicamente, na Sessão, que havia constado que tinha sido votação contrária, no que o senhor estava lamentando.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Jocelito, digo, repito e está registrado, que lamento o fato de termos procedido uma votação em que cinco ou seis deputados apenas se manifestaram contrários, através de esclarecimento de voto e, posteriormente, por respeito que tive com relação ao Plenário, que é soberano, colocamos em votação.

(Vozes paralelas)

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, houve ou não a votação?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Houve a votação.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, entendo a manifestação do Plenário, daqueles que acabaram perdendo, porque afinal V. Exa. acolheu uma solicitação regimental, que é a verificação de votação.

Quando atendeu o nosso pedido de verificação de votação, democraticamente, V. Exa. colocou para votação, e eis que os contrários venceram por dezessete a quatorze.

O SR. AILTON ARAÚJO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, entendo a soberania do Plenário, desde que se acate a soberania do Regimento Interno. Uma vez proclamado o resultado, uma vez entrado em processo de declaração de voto, não entendo que caiba qualquer apelo ao Plenário. A soberania do Plenário só existe a partir do instante em que ela respeita o Regimento Interno.

Portanto, eu discordo dessa colocação que tem sido feita, senão, toda vez que alguém não gostar do resultado, vai invocar depois de proclamado, depois de entrarmos em declaração de voto, pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Essa questão é vencida e não há mais Questão de Ordem a decidir.

O SR. DUÍLIO GENARI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu gostaria de sugerir: existe a possibilidade de verificação de votação, porque houve deputados que não estavam presentes na votação, e agora estão presentes. Gostaria de pedir verificação de votação.

Temos aqui o parecer da Comissão de Obras assinado pelos deputados José Maria Ferreira, Bier, Elton Welter e por outros deputados, para que esta Comissão se manifeste sobre o referido projeto, seguindo o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, à inconstitucionalidade ao projeto; posicionamo-nos favoravelmente à iniciativa do nobre deputado.

Vejo que o encaminhamento, a posição de V. Exa. deveria ser na hora da votação. Houve outra votação. Houve deputado que não estava presente antes e depois estava. Ficou uma dúvida muito grande.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

O resultado da votação foi anunciado.

Sobre essa questão, não há Questão de Ordem a decidir: está tomada a decisão pela Mesa e acatado o resultado da votação.

O SR. JOCELITO CANTO

Qual delas, senhor presidente, a primeira ou a segunda?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A que o Plenário decidiu.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, para informar a V. Exa. e também aos demais deputados, que nós, deputados da Oposição, no exato momento em que estava sendo votada essa matéria, estávamos ausentes do plenário.

Para que conste que, efetivamente, os deputados da Oposição estavam ausentes, e automaticamente, não deliberaram sobre essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 667/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, altera a Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, dispondo sobre licença especial remunerada para fins de aposentadoria. COM PARECERES FAVORÁVEL DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 093/2003, de 10/11/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 667/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 667/2003, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, tem por desígnio alterar a Lei

nº 6174, de 16 de novembro de 1970, dispondo sobre licença especial remunerada para fins de aposentadoria.

A justificativa que dá azo à convalidação em lei do projeto ora sopesado, exalta a preocupação de se primar pela celeridade quanto da tramitação do pedido de aposentadoria junto ao órgão público competente.

Assim sendo, diante da situação ora gizada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, fazendo ressaltar que encontra guarida no artigo 66 da Carta Magna Estadual.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 667/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 667/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, alterar a redação da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, dispõe sobre licença especial remunerada para fins de aposentadoria.

A iniciativa da proposição, nos termos do artigo 66, inciso II, da Constituição do Estado do Paraná, é privativa do governador do Estado.

A matéria traz a preocupação com os servidores que solicitam a respectiva aposentadoria e o processamento dos dados supera os sessenta dias legalmente instituídos para a tramitação e concessão de aposentadoria.

O problema do vício de origem não foi levantado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Em relação ao mérito, é indiscutível o benefício para os servidores públicos com a aprovação dessa matéria.

Isto posto, no âmbito da competência da Comissão de Finanças, que é análise de mérito, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 667/2003.

Sala das Comissões, em 01.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2878, de autoria do deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 667/2003.

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 675/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Cidália Rebello Gomes - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 094/2003, de 11/11/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 675/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do deputado Waldir Leite, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Cidália Rebello Gomes - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Paranaguá.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nºs 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 678/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná, a declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Campina Grande do Sul, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 096/2003, de 17/11/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 678/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Cleiton Kielse, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Campina Grande do Sul, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nºs 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 685/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/2003, que autoriza o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, o imóvel pertencente ao Estado do Paraná, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 097/2003, de 18/11/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 685//2003

P A R E C E R :

O projeto de lei acima ementado, de autoria do Poder Executivo, estabelece em seu artigo 1º a autorização para doação à Companhia de Habitação do Estado do Paraná - Cohapar, o imóvel pertencente ao Estado do Paraná, situado no município de Araucária, no lugar denominado "Capela Velha".

Na justificativa, o autor ressalta que o projeto de lei em apreço consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Comunidade, eis, que, segundo disposições expressamente contidas, a Cohapar utilizará tal área exclusivamente na construção de casas populares, e assim, atender anseios da população menos favorecida da região.

Por outro lado, é oportuno ressaltar que a medida ora proposta prende-se à necessidade de ser dado cumprimento à exigência e prazos estabelecidos pelos agentes financeiros que irão fornecer recursos para a execução das respectivas obras.

Ante ao exposto, chamada esta relatoria a se manifestar quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, sendo, pois, nosso parecer favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**
PROJETO DE LEI Nº 685/2003

P A R E C E R :

Relatório

Trata-se de um projeto de lei de iniciativa do Executivo Estadual, decorrente da Mensagem nº 39/2003, que pede a autorização deste Legislativo para o Governo do Estado doar à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, uma área de 100.475,28m² (cem mil, quatrocentos e cinquenta e sete metros e vinte e oito décimos quadrados), localizados no município de Araucária, mais especificamente na região denominada Capela Velha, de propriedade do Estado do Paraná, objeto de desapropriação anterior e representado pela matrícula nº 25.328, do Registro de Imóveis da Comarca de Araucária.

Voto de Fundamentação

Somos de parecer favorável quanto ao mérito da proposição, pois o imóvel tem como destino a construção de casas populares para a população menos favorecida da região, e sua doação do Estado para a Cohapar, atende exigências de formalidades para esta Companhia efetuar o devido financiamento junto a agentes financeiros, recursos para a construção das referidas habitações.

Conclusão

Diante do exposto, somos pelo parecer favorável quanto ao mérito da proposição do Executivo, na forma do projeto de lei apresentado.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 687/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Maringaense de Handebol, com sede e foro no município de Maringá. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 097/2003, de 18/11/20003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 687//2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria da deputada Cida Borghetti, declara de Utilidade Pública a Associação Maringaense de Handebol, com sede e foro no município de Maringá.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nºs 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 18

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 116/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto, que autoriza o Governo do Estado do Paraná, transferir para o domínio do município de Ponta Grossa, o Parque Estadual de Vila Velha. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. (Publ. no DA nº 087/2003, de 27/10/20003).**

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**
INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 116//2003

P A R E C E R :

O ilustre deputado Jocelito Canto propõe seja reivindicado ao Governo do Estado do Paraná, a transferência do domínio do Parque Estadual de Vila Velha ao município de Ponta Grossa. E para tanto pede o aval desta Casa de Leis na aprovação da presente indicação legislativa.

Justifica-se o ilustre deputado proponente a sua indicação numa alegada condição psicológica que o povo de Ponta Grossa tem em relação ao conhecidíssimo Parque Estadual de Vila Velha, que fica no território daquele

município, mas, por ser estadual, daria, segundo o autor, a sensação de não pertencer ao povo pontagrossense. Alega que a municipalização do Parque o deixaria de ser visto como “terra de ninguém”.

Com toda consideração à iniciativa, ao proponente ao próprio povo de Ponta Grossa, discordamos da proposta, pois não vislumbramos vantagem ao Parque a sua municipalização.

Ponta Grossa tem o privilégio de ter esta belíssima região que compreende o Conjunto de Arenitos, as Furnas e a Lagoa Dourada, cuja paisagem é um dos símbolos do Paraná. E se esta imagem é ligada ao Estado do Paraná pelo Brasil afora e mesmo no exterior, aqui no Paraná o Parque Estadual de Vila Velha é associado a Ponta Grossa.

Embora não termos elementos para avaliar a condição “psicológica” da população pontagrossense em relação ao parque, certamente todos têm orgulho do mesmo. Evidentemente, desde que conservado e amplamente divulgado! E isto pode ser alcançado com mais eficiência por um parque estadual que por um municipal, pois os órgãos estaduais de turismo habitualmente dispõem de mais recursos que os de um município, por mais prioridade que um dirigente municipal possa dar ao setor. Observa-se que o próprio autor admite a necessidade da participação estadual, quando no teor de sua indicação propõe que, “efetuada a transferência, o Governo do Estado e o município de Ponta Grossa conjugarão esforços no sentido da preservação do local.”

O local foi tombado como patrimônio histórico e artístico do Estado há quase quarenta anos. Por mais nobre que seja a intenção do autor e quiçá da própria população pontagrossense, a sua municipalização é inconcebível.

Assim, somos de parecer contrário à iniciativa da presente proposição.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

Em votação

O SR. JOCELITO CANTO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados, estou nessa indicação, pedindo que o nosso governador Roberto Requião cumpra um compromisso de campanha pelo governador Jaime Lerner, que em Ponta Grossa se comprometeu em revitalizar o Parque Estadual de Vila Velha e tão logo isso fosse feito, devolveria ao comando do município de Ponta Grossa, do Parque Estadual de Velha, que está sempre abandonado. Faz-se propaganda que ele está a 80 quilômetros de Curitiba e não a 20 de Ponta Grossa.

Estou pedindo essa indicação, que o governador Roberto Requião cumpra aquilo que o governador Jaime Lerner não conseguiu, em tempo dos seus oito anos de governo, cumprir. Que Vila Velha, depois dessa reforma que foi feita e depois de tudo o que se estudou em Vila

Velha, que o parque seja reaberto e que ele volte ao comando do município, com toda a revitalização.

Que o governador Requião cumpra o que não conseguiu cumprir o governador Jaime Lerner.

Era isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em discussão.

Em votação.

Os deputados favoráveis, permaneçam como estão.

Aprovado.

ITEM 19

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 123/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, que sugere que seja incluído nos estudos da construção da segunda ponte, que ligará Foz do Iguaçu e P. Franco no Paraguai, a possibilidade de a mesma conter uma ligação ferroviária. COM PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. **Aprovada.** (Publ. no DA nº 094/2003, de 11/11/2003).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES INDICAÇÃO Nº 123/2003

P A R E C E R :

Da Proposição

De autoria do eminente deputado Reni Pereira, a proposição visa incluir nos estudos da construção da segunda ponte ligando Foz do Iguaçu a P. Franco no Paraguai a viabilidade técnica de inclusão de via férrea como extensão da Ferroeste. Em sua justificativa o autor afirma que a construção da ligação férrea, juntamente com a rodovia, num momento em que o mundo vive o processo da globalização, é de suma importância para o Estado, o País e a América Latina como um todo, uma vez que será possível fazer um escoamento da produção do Paraguai e do nordeste da Argentina até o porto de Paranaguá, além de assegurar o acesso ao Pacífico, proporcionando maiores condições de competitividade dos produtos gerados na região da tríplice fronteira e aumentando o nosso poder no mercado internacional através desta integração das economias.

Do Voto

O artigo 128 do RI/ALE diz que “Indicação é a proposição de qualquer deputado ou Comissão com cunho de sugerir a adoção de medidas por parte das comissões permanentes da Assembléia, podendo também objetivar o envio de sugestão a qualquer agente público de outros Poderes e agentes privados.”

Da exposição de motivos e do preceito regimental, conclui-se pela procedência da Indicação, assim como de sua oportunidade e importância, pelo que somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Comunico aos senhores deputados que após esta Sessão, teremos a Sessão Extraordinária.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (**Pela Ordem**)

Quero apenas registrar que na votação que foi feita antes, que deu voto contrário...

(**Interrompido**)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado, sobre a votação anterior não há mais questão de ordem a ser decidida.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

...eu quero encaminhar um fato que ocorreu, que foi falado pelo deputado Duílio, na Comissão de mérito tem a minha assinatura, sim, mas na Comissão de Constituição e Justiça não tem...

(**Vozes paralelas**)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Elton, a Mesa não vai acatar a sua questão de ordem porque é um assunto já vencido.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2815, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 2835, de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2836, de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2838, 2839 e 2849, de autoria da deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2840 e 2842, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2843 e 2844, de autoria do deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2848 e 2869, de autoria do deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2852 e 2853, de autoria do deputado Doutor Luciano, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2854, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2857, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2858, 2859 e 2861 a 2868, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2871, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2872, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2873, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2875, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2876 e 2877, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2856, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. RATINHO JÚNIOR (**Pela Ordem**)

Eu não ouvi o meu requerimento que foi protocolado hoje à tarde.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Eu solicito à Mesa se há algum requerimento do deputado Ratinho Júnior, que não fizemos a votação aqui.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Senhor presidente, eu também solicito a respeito de um requerimento que também dei entrada nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Eu solicito à Mesa se já foi aprovado o requerimento do deputado Luiz Carlos Martins.

(**Pausa**)

Já foi aprovado o seu requerimento.
Do deputado Ratinho Júnior...

(**Interrompido**)

O SR. RATINHO JÚNIOR

Eu gostaria que ficasse registrado aqui o nosso voto de pesar à família do prefeito Antonio Milton de Oliveira Lucena que faleceu na sexta-feira, às 5 e 30 da manhã, num acidente de automóvel e onde nós estivemos no velório no sábado, e os nossos sentimento da Assembléia Legislativa para a família.

Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO BÜHRER (**Pela Ordem**)

Eu gostaria de saber do requerimento que eu fiz, se foi colocado em votação?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Qual o seu pronunciamento, deputado?

O SR. FRANCISCO BÜHRER

Voto de moção ao padre Leopoldo Jareck, pelos 60 anos de sacerdócio e 85 anos de idade.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requerimento nº 2855, de autoria do deputado Francisco Bühler, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 538, 597, 660, 682, 683, 686, 696 e 697/2003.

Levanta-se a Sessão.

Indicações Legislativas:

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 053/2003

Autoria: deputada Luciana Rafagnin

Súmula:

Sugere a criação de um Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná.

1 - A criação de um programa de Habitação Rural no Estado do Paraná, vinculado à Companhia de Habitação do Paraná.

2 - O objetivo do programa de Habitação Rural é financiar a construção, reforma e/ou ampliação de moradias rurais aos agricultores familiares.

3 - Serão beneficiários deste financiamento os agricultores familiares que atendam aos seguintes requisitos:

I - utilizar o trabalho direto seu e de sua família na exploração agrícola da terra;

II - não deter, a qualquer título, área de terra superior a 04 (quatro) módulos fiscais;

III - ter a renda familiar proveniente da exploração agropecuária, pesqueira ou estrativa;

IV - residir na propriedade há pelo menos 01 (um ano).

4 - A concessão do financiamento obedecerá, os seguintes parâmetros:

I - carência de até 01 (um) ano e meio;

II - prazo de amortização de no mínimo 10 (dez) anos;

III - prazo de 180 dias, após a liberação do recurso, para a conclusão da reforma, construção ou ampliação da moradia rural;

IV - a amortização será feita pelo valor nominal contratado, observado o prazo de carência prevista no inciso I deste artigo, sendo o mesmo sob a forma de equivalência produto da atividade principal do beneficiário, podendo ser o vencimento em parcelas anuais ou semestrais, conforme opções do agricultor.

5 - Os recursos financeiros serão provenientes aqueles gerenciados pela Caixa Econômica Federal, Projeto Alívio a Pobreza no Meio Rural e Gerenciamento de Recursos Naturais; Contrato de Empréstimo 4060/BR e outras fontes a serem indicadas pelo Poder Executivo Estadual.

I - O Poder Executivo poderá abrir crédito em qualquer tempo no seu orçamento para a eficácia plena do presente programa.

6 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir a qualquer tempo, no Orçamento Anual do Estado, os créditos adicionais necessários para tender as despesas decorrentes desta lei.

7 - Para a implementação do presente Programa; elaboração dos projetos, prestação de assistência técnica social serão competência da Cohapar, SEAB e demais órgãos do Estado.

8 - Também farão parte da organização (localização junto à propriedade) e realização dos projetos os técnicos da Emater e das cooperativas de créditos rurais.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.09.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 054/2003

Autoria: deputado Renato Gaúcho

Súmula:

Sugere a adoção de desconto e/ou isenção no valor das faturas de energia elétrica para entidades de assistência social reconhecidas de utilidade pública.

1 - Ficam as entidades de assistência social beneficiadas com desconto ou isenção no valor das faturas mensais de energia elétrica, observando os seguintes requisitos:

I - poder aquisitivo do público alvo atingido;

II - área atingida pela sede da entidade;

III - poder econômico da entidade mantenedora;

IV - objetivos da entidade;

V - manutenção da taxa média de consumo.

2 - A Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, analisará a viabilidade do desconto ou isenção da tarifa, através de requerimento da entidade de assistência social protocolado diretamente na Copel, cabendo à Assembléia Legislativa do Paraná retificar a decisão.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 29.09.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

É de conhecimento público a dificuldade das entidades de assistência social para manterem suas atividades dado aos altos custos da manutenção, inclusive das tarifas públicas, notadamente o custo da energia elétrica.

A adoção da tarifa com desconto ou com isenção, certamente minimizará as despesas das entidades declaradas de Utilidade Pública que prestam serviços de assistência social no Estado do Paraná.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 056/2003

Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação:

O deputado estadual do Estado do Paraná, Hermes Fonseca se dirige a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

1 - O Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet-PR), entidade centenária, acumulou ao longo de sua existência uma gama invejável de conhecimentos.

2 - Possui hoje, em seus quadros, doutores, mestres e especialistas em número maior que muitas instituições de ensino superior deste País.

3 - Conscientes da qualificação de seu corpo docente, das condições de sua infra-estrutura, de suas instalações e equipamentos, o Cefet-PR elaborou o projeto para credenciá-lo em Universidade Tecnológica Federal, protocolado no MEC em 14 de maio de 2003, sob o número 023.751/2003-55.

4 - Este projeto conta com o apoio da comunidade escolar, do Governo do Estado do Paraná, da bancada de senadores e deputados federais do Estado.

5 - Igualmente, a Assembléia Legislativa do Estado, através da aprovação desta indicação também hipoteca o apoio à proposta do Cefet-PR.

6 - Considerando que o credenciamento desejado contribuirá sobremaneira para o ensino superior e para o desenvolvimento econômico e educacional do Estado.

7 - Considerando que se o Governo Federal aprovar o pedido estará fazendo justiça ao Estado que até hoje possui uma única Universidade Federal.

Propomos, com a devida vênia, a adoção de medidas que permitam credenciamento do Cefet/PR em Universidade Tecnológica com a maior brevidade possível.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.10.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 057/2003

Autoria: deputado Reni Pereira

Súmula:

Sugere a criação de um programa denominado Sociedade, Esporte e Educação, como geradores de vida saudável e formação de cidadãos.

1 - A criação, em âmbito estadual, de um programa denominado Sociedade, Esporte e Educação, como Geradores de Vida Saudável e Formação de Cidadão, conforme projeto piloto, em anexo, da lavra do professor de Educação Física, Marcos Antonio Ghisleri.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.10.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Cada vez mais se materializa a necessidade da criação de programas e projetos que representem um acréscimo na qualidade de vida dos cidadãos. Aliados a tal fato, se junto com este objetivo fizermos concomitantemente o resgate social da juventude abandonada e desprovida, indubitavelmente estaremos cumprindo com os pressupostos norteadores da vida correta e responsável que se espera de todos militantes da atividade pública.

Por outro lado, o projeto contempla também a inserção da comunidade através da participação dos pais de alunos, bem como a ocupação positiva dos espaços públicos das escolas, geralmente ociosos nos finais de semana e feriados.

Assim, acreditamos que a presente indicação ofereça uma nova ferramenta de inserção dos jovens em atividades verdadeiramente nobres e positivas, dentro de uma realidade factível, devendo portanto ser analisada, e se possível, tornada real.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 058/2003

Autoria: deputado Babosa Neto

Súmula:

Propõe ao governador do Estado a adoção de medidas que protejam a remuneração dos servidores públicos, garantindo os efeitos do artigo 168, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Este deputado, que ao final subscreve, autor da presente proposição, comparece perante V. Exa., para indicar a adoção de medidas urgentes, no sentido de que se promova a imediata proteção da remuneração dos servidores, garantindo-se a aplicação dos efeitos do artigo

168, da Lei n 6.174 de 16 de novembro de 1.970, proposta esta que, após profundo exame e aprovação das Comissões Temáticas Permanentes da Assembleia Legislativa, mereceu a chancela do colegiado de deputados ao receber também a manifestação positiva em plenário, quando da aprovação do envio desta Indicação Legislativa, ao vosso exame, fato que com certeza merecerá vossa atenção em virtude do caráter meritório, principalmente neste período recessivo em que a economia brasileira encontra-se assentada.

É imperativo que seja assegurado ao servidor do Estado do Paraná o recebimento mensal de uma parcela, de um percentual mínimo, do total de sua remuneração, que garanta a subsistência básica da pessoa do servidor e de sua família, impondo-se um limite nos descontos autorizados ou compulsórios, quando da emissão das folhas de pagamento.

Observe o mandamento abaixo, *in verbis*:

Lei Estadual nº 6.174/70 (Estatuto dos Servidores Públicos)

Art. 168 - A soma das consignações não deverá exceder a quarenta por cento do vencimento, remuneração ou provento.

O dispositivo é inteligente, válido, eficaz e pretende garantir para o servidor o recolhimento, de no mínimo, 60% da remuneração em espécie, impondo o limite de 40% a descontos que a própria norma disciplina quais são possíveis de serem mensuradas como consignações (artigo 165 a 168, da lei nº 6.174/70).

As instituições bancárias estão percebendo a desatenção dos agentes públicos à norma supra mencionada, que permitem que os servidores se exponham aos juros extorsivos de financiamentos, ensejando em condição confortável aos Bancos que encontram nas folhas de pagamentos dos servidores do Paraná, a garantia de recebimento dos haveres, através de consignações no contracheques.

Neste sentido, propomos que V. Exa. decrete instruções a todos os agentes públicos Executivo, para que atentem aos limites legais das consignações nas folhas de pagamento, ato que com certeza garantirá aumento nos ganhos líquidos dos servidores.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.10.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
NEREU MOURA - 1º Secretário
GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 059/2003

Autoria: deputado Pastor Edson Praczyk

Súmula:

Sugere a destinação das armas apreendidas em ações policiais para a Polícia Civil e Polícia Militar do Estado do Paraná.

1 - A destinação das armas apreendidas em ações policiais para a Polícia Civil e a Polícia Militar do Estado do Paraná.

§ 1 - Caberia ao Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, regulamentar o repasse das armas apreendidas em ações policiais que não estiverem devidamente registradas, para as Polícias Civil e Militar, da seguinte forma:

I - 50% (cinquenta por cento) das armas apreendidas seriam repassadas à Polícia Civil;

II - 50% (cinquenta por cento) das armas apreendidas seriam repassadas à Polícia Militar.

§ 2 - O prazo para apresentação de recurso e regularização das armas apreendidas em ações policiais seria de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apreensão.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.10.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

JUSTIFICATIVA:

Com a situação deficitária em que se encontra a Polícia Civil e a Polícia Militar, no que diz respeito à quantidade e modernidade dos armamentos que são usados no combate ao crime, se faz necessário um mecanismo para minimizar estes problemas.

A crise financeira abala praticamente todos os setores da sociedade e a segurança não está excluída deste contexto e sofre com a falta de recursos para equipar as polícias, que sem alternativa tornam-se reféns do crime organizado.

Na busca por soluções imediatas, a presente indicação tem por objetivo criar um mecanismo que possa aumentar significativamente o número de armas à disposição da segurança pública, aumentando assim a tranquilidade das famílias e de todos os paranaenses.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares desta augusta Casa de Leis.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 060/2003

Autoria: deputado Alexandre Curi

Súmula:

Sugere gratificação aos funcionários do Instituto Médico Legal.

1 - Através da presente, solicitamos os bons ofícios de V. Exa. no sentido de viabilizar o enquadramento dos funcionários do Instituto Médico Legal do Paraná, que por sucessivas gestões ficaram esquecidos e foram prejudicados, não recebendo as gratificações concedidas ao Sistema Penitenciário, sendo que desenvolvem ações deste, e não recebem as gratificações concedidas ao Sistema de Saúde do qual também desenvolvem diversos procedimentos.

2 - Na área da Saúde atuam como laboratório-hospitalar em regime de plantão: laboratório de anatomia patológica, laboratório de toxicologia e química legal (anexo 1, 2, 3, 4 e 5) executando coleta de material, exames de sangue, urina e secreções, coletando vís-

ceras e fragmentos durante as necrópsias, estando ainda em contacto direto com substâncias químicas tais como: xilol, formol, corantes, benzdina, entre outros que rotineiramente não são utilizados em outros serviços por serem reconhecidamente cancerígenos, aqui o são por necessidade da técnica. Muitas vezes os corpos já se encontram em adiantado estado de putrefação, expondo os funcionários a uma gama de doenças, visto que, mesmo seguindo as regras da biossegurança, não podem ser controladas. Lembramos ainda os serviços de Raio X em cadáver e a odontologia forense que durante os processos de identificação pela arcada dentária tomam contato com cadáveres carbonizados, putrefeitos e com ossadas. Essas atividades na Secretaria de Saúde dão direito à GAE/GAS.

3 - Os funcionários desse Instituto, atuam em regime de plantão, em contacto direto com examinandos oriundos do Sistema Penitenciário, Manicômio Judiciário e Delegacias (presos, muitas vezes de alta periculosidade escoltados por policiais fortemente armados, cumprindo pena e/ou aguardando julgamento nas delegacias), acompanhando-os em exames de corpo delito, em exames de psiquiatria forense e na coleta de materiais para realização de exames de laboratórios, expondo-se ao perigo, quando na tentativa de fuga de algum preso, fato que já ocorreu inúmeras vezes nesse Instituto.

4 - Essas ações de exposições ao risco contemplam, como é de seu conhecimento, outro segmento da Secretaria da Segurança com a Gratificação de Zona aos funcionários do Sistema Penitenciário, e que neste Órgão nenhum funcionário é contemplado.

5 - Considerando que os funcionários do Sistema Penitenciário recebem Gratificação de Zona por prestarem atendimento aos presidiários e, os funcionários da Secretaria da Saúde e do Instituto de Saúde do Paraná pela Lei nº 9.198 de 18 de janeiro de 1990 (cópia anexa), em seu artigo 8 recebem a Gratificação de Atividades Específica - GAE e ou Gratificação de Atividades de Saúde - GAS, os servidores do IML entendem que realizam trabalhos de interface que contemplam os dois Sistemas: a Saúde e o Penitenciário.

6 - Diante do exposto, aguardamos vossa posição na revisão dos critérios da não inclusão do IML nas gratificações acima citadas.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.10.2003.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 04ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Pastor Edson Praczyk, Tadeu Veneri, Marcos Isfer, Jocelito Canto, Durval Amaral, Doutor Luciano, Antonio Anibelli, Delegado Bradock, José Maria Ferreira, Elza Correia, Chico Noroeste, Elton Carlos Welter e Neivo Beraldin. Havendo número legal, o presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da reunião anterior em votação, após solicitação de dispensa da leitura pelo deputado Marcos Isfer - APROVADO. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 081/2003 de autoria da deputada Arlete Caramês. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 206/2003 de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 292/2003 de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL à emenda de Plenário do deputado Delegado Bradock - Rejeitado. O presidente designa o deputado José Maria Ferreira como novo relator; 04) Projeto de Lei nº 587/2003 de autoria do deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock, na forma da emenda anexa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 641/2003 de autoria do deputado Renato Gaúcho. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock, na forma da emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 642/2003 de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 686/2003 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 481/2003 de autoria do deputado Nelson Justus. O deputado Jocelito Canto solicita conversão em diligência junto à Secretaria de Estado da Administração DEFERIDO pelo presidente; 09) Projeto de Lei nº 697/2003 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 380/2003 de autoria do deputado Waldir Leite. Parecer FAVORÁVEL à Emenda de Plenário, do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 707/2003 de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Anibelli, na forma da emenda anexa - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 720/2003 de autoria do Poder Executivo. Os deputados Jocelito Canto, Tadeu Veneri, Chico Noroeste e José Maria Ferreira solicitam vistas - CONCEDIDO pelo presidente; 13) Projeto de Lei nº 699/2003 de autoria do deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO;

14) Projeto de Lei nº 700/2003 de autoria do deputado Tadeu Veneri. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 385/2003 de autoria do deputado Nereu Moura. O deputado Jocelito Canto solicita vistas - CONCEDIDO pelo presidente; 16) Proposição Veto nº 50/2003 - veta parcialmente o Projeto de Lei nº 246/2003 de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a plenário, do deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 17) Proposição Veto nº 51/2003 - veta parcialmente o Projeto de Lei nº 507/2003 de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a plenário, do deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 18) Proposição Veto nº 52/2003 - veta parcialmente o Projeto de Lei nº 374/2003 de autoria do deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a plenário, do deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 19) Proposição Veto nº 54/2003 - veta parcialmente o Projeto de Lei nº 186/2003 de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a plenário, do deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 20) Proposição Veto nº 55/2003 - veta parcialmente o Projeto de Lei nº 211/2003 de autoria do deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a plenário, do deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 21) Proposição Veto nº 56/2003 - veta parcialmente o Projeto de Lei nº 187/2003 de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a plenário, do deputado Tadeu Veneri - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, pelos deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lucia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e três, à dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua décima Reunião Ordinária, com a presença dos senhores deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição 057/2003. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o senhor presidente da Comissão, deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao senhor deputado José Maria Ferreira, relator da Proposição nº 057/2003, que trata da verba relativa aos créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente ao mês de novembro de 2003, conforme Resolução nº 15/92 de 19 de junho de 1992, em seu Artigo 14. Analisada a matéria, concluiu o senhor relator, que as contas apresentadas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, dada à sua exatidão, e atendem à legislação em vigor, deliberando pelo PARECER - FAVORÁVEL, sendo acompanhado em sua decisão por todos os senhores deputados presentes. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo senhor presidente da Comissão, os presentes, e, por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária